



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
LINGUÍSTICA



IRACELANE FERREIRA DA SILVA OLIVEIRA

PRESSUPOSIÇÃO: da sentença ao texto

JOÃO PESSOA

MAIO / 2014

IRACELANE FERREIRA DA SILVA OLIVEIRA

PRESSUPOSIÇÃO: da sentença ao texto

Dissertação apresentada ao Programa de Pós –
Graduação em Linguística da Universidade Federal
da Paraíba, na linha de pesquisa de Linguagem,
Sentido e Cognição, como requisito parcial para
obtenção do grau de Mestre em Linguística.

Área de concentração: Teoria e Análise Linguística

Linha de Pesquisa: Linguagem, Sentido e Cognição

Orientadora: Profa. Dra. Maria Leonor Maia dos
Santos

JOÃO PESSOA
MAIO / 2014

PRESSUPOSIÇÃO: da sentença ao texto

Iracelane Ferreira da Silva Oliveira

Dissertação de Mestrado submetida à banca examinadora como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Linguística.

Data: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Maria Leonor Maia dos Santos (UFPB)
Orientadora

Prof. Dr. Heronides Maurilio de Melo Moura (UFSC)
Examinadora

Profa. Dra. Mônica Mano Trindade Ferraz (UFPB)
Examinadora

Prof. Dr. Magdiel Medeiros Aragão Neto (UFPB)
Examinador

JOÃO PESSOA
2014

*“As pressuposições compartilhadas pelos participantes
numa situação linguística são talvez o constituinte mais
importante de um contexto”.*

Stalnaker.

*Para Alice, minha filha,
que me trouxe de volta a alegria de viver e a força
para continuar lutando.*

AGRADECIMENTOS

A Deus, que por sua infinita bondade me permitiu chegar até aqui. Por me amparar nos momentos difíceis e me dar força interior para superar as dificuldades encontradas desde o primeiro momento desta jornada acadêmica.

Aos que amo, em especial a meu esposo José Arcanjo, minha filha Alice e meu irmão Iraman, pelo apoio e perseverança que muito me representaram e, principalmente, pela compreensão nos muitos momentos de minha ausência.

A meus pais, Iraci e Manoel (in memoriam), pela formação e educação que me deram, e pelo amor que a mim dedicaram enquanto viveram, formando minha consciência do mundo e me fazendo acreditar nos reais valores da vida.

À professora Dr^a. Maria Leonor, pela segura e incansável orientação, pelo estímulo e lúcidas sugestões que permitiram a realização desse trabalho, além da gentileza e amizade que a mim dedicou ao longo desses dois anos.

Aos amigos, presentes de Deus em minha vida, agradeço por escolherem fazer parte da minha caminhada e assim participar da realização de meus sonhos. À Maria Edione, em especial, agradeço pelo telefonema que me acordou àquela noite e nos colocou juntas em mais esse desafio do conhecimento, fortalecendo nossa amizade e nos aproximando ainda mais.

Aos colegas do Mestrado em Linguística, pelo apoio mútuo, pela palavra de incentivo e amizade, pelas horas de estudo coletivo, pelo abraço nas horas difíceis, pelo cappuccino dos intervalos, enfim, por tudo que vivemos, descobrimos e aprendemos juntos nesses dois anos.

A Ercilene Azevêdo, pela amizade e gentileza de fazer a primeira leitura desta dissertação.

Aos colegas e alunos da EREM Denival, que comigo compartilharam a alegria do ingresso no Mestrado em Linguística, pela amizade, compreensão e carinho que a mim dedicaram enquanto pudemos estar juntos.

À Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal da Paraíba – PROLING, em especial à Professora Luciene Espíndola e ao Professor Pedro Francelino, coordenadores do programa de Mestrado e Doutorado em Linguística, pela dedicação e esforço em agilizar e conduzir os processos acadêmicos para o bom andamento e concretização das pesquisas.

RESUMO

Esta dissertação tem o objetivo de apresentar uma análise dinâmica da pressuposição em notícias jornalísticas, apontar como vão sendo alteradas as informações pressupostas e de que maneira isso contribui para o desenvolvimento textual. Tal estudo sobre a pressuposição se justifica pelo importante papel discursivo que esse fenômeno linguístico desempenha: funciona como elemento de coesão e coerência – evita a repetição, promove a recorrência semântica e estabelece condição de progressão. A pressuposição é uma informação implícita marcada linguisticamente por expressões, *ativadores de pressupostos*, que pode estar presente em períodos simples e ser, ou não, projetada para períodos complexos. Numa abordagem dinâmica, podem-se considerar os pressupostos além da dimensão do período, vendo a pressuposição no todo textual, observando a relevância da permanência, cancelamento ou atualização das informações pressupostas. É importante destacar que, em alguns casos, os pressupostos são informações que só podem ser entendidas de forma clara se considerado o contexto situacional em que são produzidos, assim, são as informações compartilhadas pelos falantes no *background* que permitem conhecer essas informações pressupostas. Nossa análise da pressuposição tem como base a abordagem dinâmica e como *corpus* textos colhidos dos jornais *Folha de S. Paulo* e *UOL Notícias*. A opção por esse tipo de texto se deu pelo desejo de mostrar o fenômeno da pressuposição em situações reais de uso, e a notícia, além de ser um exemplar de comunicação verbal contemporânea de grande acesso, é representação de um gênero em uso. A análise aponta a presença de pressuposições iniciais importantes, que podem ser mantidas em alguns casos, e canceladas em outros. No decorrer da análise, apontamos de que forma a dinâmica pressuposicional contribui para a construção do texto.

Palavras-chave: Pressuposição. Semântica dinâmica. Notícia jornalística.

ABSTRACT

This work aims to present a dynamic analysis of presupposition in journalistic news, to point how the presupposed information is altered and how it contributes to the textual development. The study of presupposition is justified by the important discursive role that this linguistic phenomenon performs: it works as an element of cohesion and coherence – it prevents the repetition, promotes the semantic recurrence, and establishes the condition of progression. Presupposition is an implicit information linguistically marked by expressions, presupposition triggers, that can be present in simple periods and can be, or not, projected to complex periods. In a dynamic approach, we can consider presupposition beyond the limit of the period, and see it in the textual whole, observing the relevance of the permanence, cancellation or change of the presupposed information. It is important to show that, in some cases, presuppositions are pieces of information that can only be understood clearly by considering the situational context in which they are produced. Our analysis follows a dynamic approach and the corpus is constituted by texts from the newspapers Folha de São Paulo and UOL Notícias. The option for this kind of text was made due to the intention to show the phenomenon of the presupposition in real use situations, and the news, an example of contemporaneous verbal communication with wide social presence, is also a case of a genre in use. The analysis points to the presence of important initial presuppositions, which can be kept in some cases, and cancelled in others, and shows how presuppositional dynamic contributes to the construction of the text.

Key-words: Presupposition. Dynamic semantics. Journalistic news. ABSTRACT

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 PRESSUPosição, ACIONADORES E CONTEXTO.....	15
1.1 Considerações iniciais sobre pressuposição.....	15
1.1.1 Identificando pressupostos	17
1.2 Pressuposição e acionadores.....	23
1.2.1 Acionadores e contexto.....	30
2 PRESSUPosição: ALÉM DOS ACIONADORES.....	36
2.1 Pressuposição e projeção.....	36
2.1.1 Furos.....	38
2.1.2 Bloqueios.....	42
2.1.3 Filtros.....	45
2.2 Pressuposição: informação nova ou informação velha?	47
2.3 Pressuposição e argumentação.....	51
2.4 Pressuposição e atualização de contexto.....	55
3 A PRESSUPosição EM TEXTOS JORNALÍSTICOS.....	62
3.1 Sobre o texto jornalístico.....	65
3.2 Sobre o corpus.....	67
3.3 Análise.....	69
3.3.1 Análise de notícias sobre o mensalão.....	70
3.3.1.1 Texto1.....	70
3.3.1.2 Texto 2.....	75
3.3.2 Análise de notícias sobre a copa das confederações.....	79
3.3.2.1 Texto 3.....	79
3.3.2.2 Texto 4.....	84
3.3.3 Algumas considerações sobre a análise de atualização de contextos....	89
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	91
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	94
ANEXOS	97

INTRODUÇÃO

Muito mais do que reconhecer regras ou classificar fenômenos, conhecer uma língua é poder utilizá-la adequadamente, tendo conhecimento dos recursos de que ela dispõe, e usando-os estrategicamente para comunicar-se com eficiência em situações reais de comunicação e interação, como nas conversas do cotidiano, em discursos formais, ou em textos informativos. Seja no uso cotidiano da comunicação oral, em conversas formais ou informais, seja no uso da comunicação verbal por meio da escrita, como nos textos jornalísticos, por exemplo, os usuários da língua lançam mão da possibilidade de deixar implícito algo que se tem a dizer.

O uso de informações implícitas é comum na comunicação, e os usuários da língua as utilizam, conscientemente ou não, por muitas razões, por exemplo, para conferir neutralidade ao texto e assim isentar-se de responsabilidades pelo dizer, para evitar a repetição e tornar o texto mais limpo e coeso, ou para estabelecer a coerência. Independente do que motive o uso desse tipo de informação, o fato é que elas configuram um tema muito interessante à investigação linguística.

Dentre os fenômenos linguísticos que envolvem informações implícitas, destacamos a pressuposição, nexos semânticos que estabelecem coesão e coerência promovendo a progressão do texto. As informações pressupostas descrevem relações que precisam ser aceitas pelos interlocutores para que os enunciados possam fazer sentido, ou ser usados adequadamente. É da pressuposição a tarefa de resgatar informações do fundo de informações supostamente compartilhadas pelos falantes para validar o que está sendo colocado de maneira explícita no texto, isto é, as informações postas.

Para Antunes (2012, p.42), ao se comunicar, os falantes de uma língua administram a possibilidade de deixar implícito algo que se tenha a dizer. Segundo a autora, *“saber exatamente o que pode ser deixado por dizer, sem que as pretensões comunicativas sejam prejudicadas, é uma das competências discursivas socialmente mais bem reconhecidas.”* Assim, entendemos que o uso dos pressupostos, e de outros implícitos, é um recurso previsto para a coerência das construções textuais cotidianas, pois usamos a linguagem ativando os conhecimentos que temos e que não precisam ser, a cada vez, explicitados. Por isso, quando alguém diz *o marido de Mariana perdeu o*

emprego, pressupomos que *Mariana é casada*, e até dispensamos que essa informação seja dada explicitamente, mesmo que não conheçamos Mariana.

No intuito de aprofundar a reflexão sobre o uso desses fenômenos linguísticos inferenciais em contextos reais de uso, escolhemos estudar a dinâmica da pressuposição em notícias jornalísticas. Sabemos que estudar a pressuposição pode parecer muito recorrente, visto que muitos estudos, em diversos gêneros, já foram realizados sobre esse tema. Ainda assim, acreditamos que o estudo da pressuposição é um tema bastante fértil, pois estudar a pressuposição nos leva a estudar também outros aspectos linguísticos.

Por isso acreditamos que o estudo da pressuposição ainda se faz relevante, pois para compreendê-la o pesquisador precisa tomar conhecimento de diversos recursos da significação: aspectos da estruturação das sentenças, a interpretação semântica dos enunciados, até mesmo a relação entre sintaxe e sentido, além da escolha lexical para a construção do texto. Ainda que não sejam o objeto de estudo, estes são aspectos que não podem ser ignorados por quem pretende estudar a pressuposição. As possibilidades desse estudo linguístico levam o pesquisador a refletir sobre a propriedade que certas palavras, construções sintáticas e enunciados têm de fazer o interlocutor entender alguma coisa que não foi dita.

Além disso, a pressuposição tem aspectos nitidamente semânticos, e aspectos nitidamente pragmáticos, o que pode funcionar como uma oportunidade para discutirmos a fronteira entre essas duas abordagens, e a pertinência de elas serem estudadas separadamente, ou não, considerando a importância da pressuposição para estas duas linhas de estudo da linguagem. E mesmo não compondo nenhuma parte exclusiva nesta dissertação, consideramos os aspectos de fronteira para a análise ampliada da pressuposição.

Apesar de ser um tema bastante investigado, aquilo que é frequentemente tratado nos exemplos com sentenças isoladas pode não se manter quando esse exemplo é visto como parte de um texto. Como na sentença: *José não continua vendendo bicicletas*, que, analisada tal como está apresentada, pressupõe que *José vendia bicicletas*, já que a expressão *continua* aciona essa intuição, mas isso apenas se o enunciado terminasse nesse ponto. Se acrescentarmos ao enunciado: *porque na verdade*

não¹ é ele que vende bicicletas e sim seu irmão – teremos então: *José não continua vendendo bicicletas, porque na verdade não é ele que vende bicicletas e sim seu irmão*, a pressuposição inicial não poderá se manter, pois estando ligada à crença do interlocutor e não ao fato apresentado, é anulada na continuação do discurso (ver MOURA, 1999, p.101).

Assim, percebemos que há casos em que as pressuposições surgem nas sentenças isoladas, mas quando são colocadas no texto são modificadas ou mesmo desaparecem. Também há casos em que a pressuposição pode não aparecer na sentença isolada e surgir com a progressão textual, durante o fluxo conversacional. Esses são fenômenos que as teorias que se propõem a analisar a pressuposição têm tido que enfrentar. Mas, aparentemente, muitos estudos sobre pressuposição têm apresentado uma análise limitada ao estudo isolado do fenômeno em sentenças simples, sem considerar o texto completo.

Por isso, o que propomos nesta dissertação é um estudo da pressuposição além da análise de sentenças. Nossa proposta de estudo visa apresentar um panorama do comportamento das pressuposições. Assim, abraçamos o objetivo de apresentar uma análise da pressuposição dinâmica em notícias, analisando o comportamento das informações pressupostas no desenvolvimento do texto, e salientando as características básicas desse fenômeno linguístico. Para tanto desejamos, especificamente, apontar como vão sendo alteradas as informações pressupostas e constatar que o pressuposto, contextual ou marcado, tem potencial de atualização, assim como o contexto, e estabelece limites para o crescimento efetivo e eficaz das informações.

Pretendemos apresentar uma análise dos limites existentes entre a pressuposição semântica das sentenças simples e sua projeção para as sentenças complexas, chegando à pressuposição dinâmica através da análise de atualização de contextos. Nesta perspectiva objetivamos analisar o seguinte problema: como os pressupostos podem avançar junto ao desenvolvimento textual e serem ou não atualizados? Visamos observar como esse nexos semântico, a pressuposição, de grande

¹ O que ocorre nesse caso é a chamada negação metalinguística, pois é usado o recurso de negar uma asserção para, na verdade, negar um de seus pressupostos. Nesses casos, dizemos que a negação não envolve a verdade ou falsidade do fato expresso na sentença, mas a negação de uma crença que o locutor pensa ser comum. (HORN, 1989).

importância para a compreensão eficaz de textos, se comporta, dentro de uma realidade textual, mapeando seu potencial de atualização dentro do texto.

O corpus de nossa pesquisa será composto de notícias jornalísticas, veiculadas pela internet. Optamos pelo gênero notícia como corpus para nossa análise, pois acreditamos na importância de observar os fenômenos linguísticos, neste caso o fenômeno da pressuposição, em uma situação de uso, e esse tipo de texto ocupa um importante lugar na comunicação verbal contemporânea.

Para tanto apresentaremos, no primeiro capítulo, as características básicas da pressuposição por meio de uma abordagem dos acionadores desse nexos semântico em estruturas simples e apresentaremos expressões e estruturas sintáticas da língua portuguesa responsáveis por introduzir a pressuposição.

No segundo capítulo, avançaremos à apresentação do que se chama problema da projeção da pressuposição. Neste ponto tentaremos mostrar, por meio da revisão teórica e da análise de exemplos, o comportamento da pressuposição em sentenças simples e complexas, considerando a possibilidade de projeção e descrevendo as condições de manutenção e de cancelamento dos pressupostos em sentenças encaixadas. Também neste capítulo abordaremos o papel informativo da pressuposição, que pode ser introduzida como informação compartilhada ou como informação nova, assim como trataremos do papel argumentativo que os pressupostos podem desempenhar.

Ainda no segundo capítulo, avançaremos para uma abordagem dinâmica do pressuposto, chegando a uma análise mais ampla da pressuposição, considerando o conhecimento compartilhado e o contexto em que as informações pressupostas são introduzidas. Para tanto pretendemos focar a análise no potencial de atualização da sentença, vendo “*no significado não mais um conteúdo, e sim a maneira como uma sentença pode mudar o estado de informação dos falantes*” (CHIERCHIA 2003, p.578-579). Para essa abordagem do pressuposto falaremos de um contexto pressuposicional, indispensável para o estabelecimento da compreensão textual.

No terceiro capítulo destacaremos as principais características da notícia jornalística em uma seção que apresenta o gênero escolhido para o corpus. Apresentaremos também a pressuposição nos textos jornalísticos e de que maneira as informações pressupostas permeiam esse gênero textual.

Em seguida, ainda no terceiro capítulo, chegaremos à análise e, neste ponto, faremos uma descrição sequencial dos pressupostos discursivos e de sua projeção na evolução textual da notícia jornalística, bem como das alterações ou cancelamentos ocorridos na dinâmica desse tipo de texto. Para isso, selecionamos notícias retiradas dos jornais online *Uol Notícias* e *Folha de São Paulo*, nas quais investigaremos inicialmente a presença de pressuposição através dos ativadores. Em seguida verificaremos, ao longo do texto, a atualização dos contextos e, na dinâmica de atualização, que marcas possibilitaram manter, bloquear, ou atualizar o pressuposto inicial, não desconsiderando para isso o pressuposto contextual. Dessa forma, buscamos constatar que o pressuposto, contextual ou marcado, tem potencial de atualização, assim como o contexto, e estabelece os limites para o crescimento efetivo e eficaz das informações.

Por fim, serão apresentadas as considerações finais, espaço reservado para as últimas considerações acerca dos capítulos e para a síntese dos resultados alcançados na análise. Logo em seguida, encerraremos o trabalho como as referências utilizadas nesta pesquisa e os anexos.

CAPÍTULO I

1 – PRESSUPOSIÇÃO, ACIONADORES E CONTEXTO

Começaremos apresentando o que constitui uma informação pressuposta e como é possível identificá-la nas sentenças através de testes práticos. Ainda neste capítulo inicial apresentaremos as marcas linguísticas responsáveis por ativar os pressupostos: *os acionadores de pressuposição*. Por meio de exemplos de algumas dessas expressões ativadoras faremos uma reflexão sobre o papel que os acionadores desempenham na sentença e sobre a influência do contexto na identificação dos pressupostos.

1.1 Considerações iniciais sobre pressuposição

Na interpretação de uma sentença, informações que não são afirmadas explicitamente podem ser inferidas em forma de pressupostos. Nestes termos, a pressuposição linguística é entendida como elemento integrante do sentido implícito de certas sentenças. Ou seja, a pressuposição é parte do que a sentença informa e perceber a presença dessa informação pressuposta é necessário para conseguir interpretar adequadamente o que está sendo expresso, identificando a mensagem explícita e reconhecendo a informação implícita.

Sempre introduzida na sentença por meio de estruturas linguísticas específicas, tais como o emprego de algumas formas e tempos verbais, por itens lexicais, ou ainda por algumas construções sintáticas, a pressuposição linguística destaca-se de outros implícitos, principalmente por ter a característica de condicionar a verdade da informação que está sendo colocada no nível explícito da sentença. Isto é, quando aquilo que está sendo veiculado explicitamente na sentença (a informação apresentada como nova) é condicionado à aceitação da verdade da informação que é colocada indiretamente (mas evidenciada por alguma expressão ou estrutura sintática), dizemos que existe uma informação pressuposta.

Os estudos relacionados à pressuposição apontam que as informações “postas” (as apresentadas explicitamente) e “pressupostas” apresentam dependência significativa

entre elas, pois estão condicionadas à aceitação da verdade uma da outra, “... a aceitação da verdade do posto leva à aceitação da verdade do pressuposto” (MOURA, 1999, p.13). Partindo dessa constatação, entendemos que, se é verdade o que está sendo colocado como informação nova, também será o que está sendo compartilhado como pressuposto (doravante sinalizado por *pp.* nos exemplos). Para uma melhor compreensão do que dissemos até agora, ilustraremos com o seguinte exemplo:

(1) *O marido de Clarice parou de beber.*

(1a) *pp. O marido de Clarice bebia.*

Podemos perceber a partir da sentença (1) a informação de que *O marido de Clarice bebia* (1a). Ainda que esta informação não esteja explícita, para que se possa aceitar que *O marido de Clarice parou de beber* é preciso que se considere a informação pressuposta de que ele bebia. Ou seja, dizer que alguém parou de fazer alguma coisa só é pertinente se esse alguém já fazia isso. E não aceitar que essa ação acontecia é, também, não aceitar que ela pode parar de acontecer. Podemos dizer, ainda, que a expressão verbal *parar de*, nesta sentença, foi a responsável por ativar a informação pressuposta (1a), e que essa informação veiculada paralelamente ao que está sendo colocado como novo em (1) é necessária à compreensão e uso adequados da sentença em questão. Essa é uma característica importante da pressuposição, que força os interlocutores a aceitarem o que está implícito em uma sentença, para que aceitem o que está explícito.

Para Pires de Oliveira (2001, pag.85) “*Se uma sentença pressupõe uma outra, então ela sugere que a sentença pressuposta é verdadeira*”. Assim, quando alguém apresenta uma informação pressuposta em uma sentença, na verdade está sugerindo que essa informação pressuposta é verdadeira (a não ser que esteja sendo irônico ou fazendo humor). Em alguns casos, como o que veremos a seguir, aceitar o que está sendo colocado diretamente na sentença é comprometer-se com o que está por trás dela, ou seja, com a informação pressuposta.

Vejamos no exemplo que segue como seria difícil para um interlocutor responder afirmativa ou negativamente à pergunta posta na sentença sem se comprometer com a aceitação do pressuposto. Imaginemos que alguém íntimo do locutor costumava tirar dinheiro de sua carteira, e que o locutor enfim percebeu isso, e, a fim de conseguir a confissão dessa pessoa, usa a sentença abaixo.

(2) *Então você parou de roubar dinheiro da minha carteira?*

Parece que o interlocutor, com a aplicação da sentença acima, ficou sem saída. Consideremos que para responder a pergunta em (2) o interlocutor tem duas opções, uma afirmativa e outra negativa. Se disser que *sim*, compromete-se com a pressuposição de que *roubava dinheiro da carteira do locutor*. E se disser que *não* se compromete da mesma forma, assumindo que *roubava dinheiro antes* e também *continua roubando*. Esse exemplo pode ilustrar como a verdade da informação nova está ligada à verdade da informação pressuposta. E que é muito difícil aceitar uma sem que se aceite a outra, o que confirma que uma informação colocada como pressuposta configura uma verdade necessária à aceitação de uma informação declarada.

Segundo Pires de Oliveira (2001, p.84-85), se uma sentença pressupõe outra, isto significa que a pressuposição é verdadeira, e é por esse motivo que ela se mantém, independente de estar afirmada ou negada. Por isso, podemos dizer que temos pressuposição quando, para assumirmos a verdade de uma sentença, precisamos assumir a verdade de outras sentenças, como vimos acima.

No entanto, talvez seja preciso mais que a constatação da verdade do pressuposto para poder identificá-lo nas sentenças e diferenciá-lo de outros nexos semânticos e pragmáticos, como a implicatura ou o acarretamento, por exemplo. Como já dissemos, a pressuposição, além de condicionar a verdade das sentenças em que aparece, pode ser evidenciada por estruturas linguísticas e construções sintáticas. Por esse motivo, na seção seguinte, abordaremos características e recursos que podem identificar a pressuposição.

1.1.1 Identificando pressupostos

Os pressupostos são informações implícitas que compartilham o espaço da sentença com outros nexos de significado, por isso é importante conhecer recursos que identifiquem e particularizem a pressuposição. Frege (1892 [1978]) observou o que poderia ser uma das mais fortes características da pressuposição. Discutindo a interpretação de sentenças que contêm expressões, para ele equivalentes a nomes próprios (as descrições definidas), Frege constatou a necessidade de desdobramento de

algumas sentenças para se atribuir verdade ou falsidade ao que está sendo colocado. Para isso apresentou o exemplo:

(3) *O descobridor da forma elíptica da órbita dos planetas morreu na miséria.*

E apontou a necessidade de desdobrar a sentença em duas para então poder argumentar que (3) apresenta o conteúdo implícito

(3a) *Existiu alguém que descobriu a forma elíptica da órbita dos planetas.*

E o conteúdo declarado:

(3b) *Esse alguém morreu na miséria.*

Na análise de (3), além de apontar para a necessidade de admitirmos implicitamente (3a), Frege² faz uma observação importante: ao negarmos (3), a negação afeta o que está em (3b), no entanto, não afeta o que está (3a). Assim, concluiu que o que está em (3) e em (3b) pode ser considerado *conteúdo declarado*, mas o que está em (3a) não. Este seria um conteúdo implícito, isto é: a *pressuposição*³.

Voltemos, então, ao exemplo (1), mas, desta vez aplicando as considerações imediatamente anteriores sobre a resistência da pressuposição à negação da sentença. Para isso vamos negar (1) e nomearemos sua versão negativa como (1n).

(1) *O marido de Clarice parou de beber.*

(1n) *O marido de Clarice não parou de beber.*

² A relação entre verdade da informação pressuposta e a aceitação (ou avaliação de verdade e falsidade) da sentença não surgiu com Frege, nem era novidade. Aristóteles, nas *Categorias*, já afirmava que as sentenças “Sócrates está doente” e “Sócrates não está doente” não podem ser verdadeiras se Sócrates não existir. (Beaver, 2001 p.70)

³ Polemizando com a posição fregeana, Russel (1905) tem uma visão diferente. Enquanto para Frege as descrições definidas são referenciais e pressupõem a existência de um ser, para Russel as descrições definidas são quantificacionais e afirmam a existência de um ser. (RUSSEL, 1905), ver também (MOURA, 1999, p.35).

(1a) pp. O marido de Clarice bebia.

O que podemos notar na retomada do exemplo (1) é que a pressuposição (1a) continua existindo, seja em sua versão afirmativa (1), ou em sua versão negativa (1n). O que acontece é que a sentença negativa (1n) não está negando o pressuposto (1a), na verdade a negação está direcionada ao que está sendo colocado no nível explícito, isto é, à asserção feita na sentença e não ao que pode ser inferido implicitamente dela. Em outras palavras o que se nega em (1n) é o fato de o marido de *Clarice ter parado de beber* e não a inferência de que *ele bebia* e, por esse motivo o pressuposto se mantém.

Segundo Ilari (2003, p.61), estamos autorizados a dizer que uma sentença pressupõe outra sempre que tanto a verdade quanto a falsidade da primeira resulta na verdade da segunda. Assim, como já fora apontado por Frege, podemos considerar como característica da pressuposição o fato de não ser afetada pela negação da sentença. Essa característica é bastante importante, não só para seu reconhecimento nas sentenças, mas também na sua distinção do acarretamento. Este pode ser inferido de uma sentença, e se confundir à primeira vista com a pressuposição, no entanto, um acarretamento é um conteúdo que não resiste quando a sentença é submetida à negação. Observemos o exemplo:

(4) Clarice continua casada com Marcelo.

(4a) Clarice era casada com Marcelo.

(4b) Clarice é esposa de Marcelo.

Se submetermos a sentença (4) à versão negativa (4n), poderemos perceber que nem todos os desdobramentos apresentados, (4a) e (4b), poderão se manter.

(4n) Clarice não continua casada com Marcelo.

Partindo da negação (4n) constatamos a diferença entre (4a) e (4b). Quando dizemos que Clarice não continua casada com Marcelo, podemos admitir que Clarice era casada com Marcelo, mas não podemos mais admitir, como poderíamos a partir de (4), que ela é esposa de Marcelo. Essa última informação, caracterizada por

não resistir à negação da sentença, é um acarretamento. Segundo Santos e Trindade (2009, p.18, 31), acarretamento é uma relação semântica existente entre sentenças, nos casos em que a verdade de uma é incompatível com a falsidade da outra. Dessa forma, podemos dizer que a negação de uma sentença elimina o acarretamento, mas não afeta a informação implícita colocada como pressuposição. De uma maneira um pouco mais precisa, poderíamos dizer que o que é acarretado por uma sentença afirmativa não é sempre acarretado por sua contraparte negativa.

Segundo Ilari (2003, p. 63),

...uma oração acarreta outra quando a verdade da primeira torna inescapável a verdade da segunda; (...). Uma oração pressupõe outra quando a verdade e a falsidade da primeira tornam inescapável a verdade da segunda.

Dessa forma, a semelhança que pode haver entre o acarretamento e a pressuposição pode ser desfeita se aplicado o teste da negação, pois este é capaz de constatar se a informação inferida a partir de uma declaração resiste ou não quando a declaração é negada. Se resistir à negação, então podemos afirmar que é uma informação pressuposta. Se não resistir, é o caso de dizermos que há um acarretamento⁴.

Além do teste da negação, podemos acrescentar como recurso para identificar uma informação implícita como pressuposto o teste da interrogação, pois as informações pressupostas em uma sentença costumam resistir, também, quando submetidas à versão interrogativa. Dessa forma, se levarmos à interrogativa a sentença abaixo poderemos constatar a manutenção do pressuposto.

(5) *Os amigos de Clarice pararam de ajudá-la.*

(5a) *Os amigos de Clarice pararam de ajudá-la?*

(5b) *pp. Os amigos de Clarice ajudavam-na.*

Notamos na análise de (5) que, tanto sua versão afirmativa (5), quanto a interrogativa (5a), mantêm o pressuposto (5b). Isso só é possível porque a informação pressuposta, não fazendo parte do conteúdo declarado, ou explícito da sentença, não

⁴ Não estamos tomando partido quanto a definir se, nos casos em que há pressuposição, pode haver também um acarretamento.

está sendo questionada. O que está em questão, isto é, o que é interrogado em (5) é se os *amigos de Clarice a ajudam* e não se eles *ajudavam*. Dessa forma, se queremos constatar se alguma informação implícita pode ser considerada pressuposta, podemos recorrer ao teste da interrogação.

Vale salientar que esse comportamento não é exclusivo das interrogativas diretas, as interrogativas indiretas também podem desempenhar o papel de verificar a resistência do pressuposto. Vamos usar como exemplo a versão indireta de (5a) e a nomearemos de (5i)

(5i) *Gostaria de saber se os amigos de Clarice pararam de ajudá-la.*

(5b) *pp. Os amigos de Clarice ajudavam-na.*

Como vemos, o mesmo que ocorreu em (5a) se repete em (5i), o pressuposto subjacente a ambas as versões interrogativas se mantém. Segundo Souza (2000, p.23), a dúvida lançada nas sentenças interrogativas, analisadas acima, atinge a informação que está no nível explícito e não o pressuposto.

Ilari (2003, p.62) aponta, ainda, outra característica da pressuposição: ao encadearmos orações que apresentam informações pressupostas, o nexos expresso pelos conectivos que unem as orações não afeta a informação veiculada como pressuposto e esta se mantém. O que isto quer dizer é que a pressuposição, presente em uma oração simples, tende a se manter quando esta oração é ligada a outra por meio de algum conectivo e transforma-se em um período complexo. Se tomarmos aqui, novamente, o exemplo (5) e a ele ligarmos por meio de um elemento de coesão outra oração, a tendência é que continuemos a inferir o pressuposto (5b).

(5c) *Os amigos de Clarice pararam de ajudá-la, pois ela já está recuperada.*

(5b) *pp. Os amigos de Clarice ajudavam-na.*

Notamos que (5c), a versão de encadeamento que construímos para (5), continua a veicular a informação pressuposta (5b), pois a pressuposição, estando no nível implícito, não é submetida ao nexos do conectivo que liga as orações. Este elo refere-se à informação posta, declarada explicitamente na sentença. Assim, podemos dizer que a resistência ao encadeamento é mais uma importante característica que

permite a identificação de uma informação implícita como pressuposto (ver também DUCROT, 1987, p. 18-19). A questão da manutenção da pressuposição nesses encadeamentos voltará a ser discutida de maneira mais problematizada no capítulo seguinte.

Vale acrescentar que há outros testes que permitem identificar informações pressupostas, visto que essas informações implícitas são resistentes não apenas à negação, e interrogação da sentença, mas também à hipótese, ou seja, as pressuposições são também resistentes quando submetidas à versão hipotética das sentenças que as contêm. Chierchia (2003) chamou de ‘teste da P-família’ a submissão da sentença às versões interrogativa, hipotética e negativa e apontou que “*se A pressupõe uma sentença B, também a negação de A, e suas versões interrogativa ou hipotética pressupõem B*” (CHIERCHIA, 2003, p. 542. Ver também CHIERCHIA e MCCONNELL-GINET, 1990, p.281). Ou seja, as sentenças que contêm inferências tipicamente pressupostas podem ser submetidas à transformação em sentenças interrogativas, negativas ou hipotéticas, e o conteúdo pressuposto resistirá.

Vejamus um exemplo de aplicação do teste da família pressuposicional, ou teste da P-família:

(6) *Foi Camila quem encontrou o livro.*

(6a) *Não foi Camila quem encontrou o livro.*

(6b) *Foi Camila quem encontrou o livro?*

(6c) *Se foi Camila quem encontrou o livro, ela deve estar com ele.*

(6a) - (6c) *pressupõem: alguém encontrou o livro.*

O teste da P-família fornece uma maneira empírica de caracterizar a pressuposição. Além disso, reforça que o pressuposto é uma inferência que deve ser considerada para o uso apropriado de uma sentença. No exemplo acima, podemos notar que, para que seja possível considerar adequada a sentença *Foi Camila quem encontrou o livro*, é necessário que o pressuposto seja aceito. Em outras palavras, o fato de que *alguém encontrou o livro* deve ser dado como certo, para que faça sentido afirmar *foi Camila quem o encontrou*. O teste em questão serve para ilustrar que, além da negação (6a), a pressuposição também é resistente à interrogação (6b), e à hipótese (6c). Se transformarmos, como fizemos em (6a), (6b) e (6c), a sentença declarativa em uma sentença negativa, interrogativa ou hipotética, a pressuposição não será anulada.

Podemos, então, concordar com Levinson (2007, p.225):

Portanto, o propósito principal de uma enunciação pode ser afirmar, negar alguma proposição, ou tentar saber se é verdadeira, e, não obstante, as pressuposições podem permanecer constantes ou – para empregar nossa analogia – a figura pode variar dentro de certos limites enquanto o fundo permanece o mesmo.

A pressuposição é, portanto, um “pano de fundo da conversação” (DUCROT, 1987), uma informação que é apresentada pelo locutor como verdadeira, e isso torna necessário seu reconhecimento e aceitação, para que as informações declaradas nas sentenças sejam compreendidas e possam soar naturais. Não podemos negar que o interlocutor pode, é claro, não aceitar a pressuposição, mas isso afetará a maneira como a interação vai prosseguir.

Como já mencionamos, apesar de fazer parte do que está no nível do implícito, algumas expressões responsáveis pela ativação dos pressupostos aparecem explicitamente nas sentenças, e ajudam a identificação dessas informações. Assim, propomos mostrar na seção seguinte como essas marcas explícitas podem ser identificadoras e ativadoras de informações pressupostas.

1.2 Pressuposição e acionadores

Os pressupostos de uma sentença podem estar diretamente ligados ao sentido de algumas palavras, ou seja, certas palavras são itens linguísticos responsáveis por acionar a pressuposição. Levinson (2007, p.223) chamou esses itens ativadores de pressupostos *acionadores de pressuposição* e organizou uma seleção de expressões desse tipo. Tomando por base as seleções feitas por Levinson (2007) e por Moura (1999) apresentaremos, a seguir, alguns desses *acionadores de pressuposição*. Para isto iniciaremos com a apresentação de exemplos e, em seguida, apresentaremos comentários sobre o acionador.

- **Expressões factivas**

(7) *Sílvio lamentou ter comprado aquele carro.*

(7a) *pp. Sílvio comprou um carro.*

(8) Carlos **compreendeu** que tinha perdido seu amor.

(8a) pp. Carlos perdeu seu amor.

(9) Clarice **estava contente com** o presente que ganhou.

(9a) pp. Clarice ganhou um presente.

As expressões factivas têm a propriedade de introduzir orações subordinadas que trazem a representação de um fato apresentado como verdadeiro. Isto é, a pressuposição acionada pelos factivos indica um fato que, para o locutor, é reconhecido como verdadeiro, e que se mantém, quer a sentença seja afirmada ou negada.

O exemplo (7) traz o factivo *lamentar*, que aciona a pressuposição (7a), pois, em situações regulares de comunicação, não faria sentido Sílvia lamentar ter comprado aquele carro se ele de fato não o tivesse comprado. É comum lamentar algo que se acredita que tenha ocorrido, por isso dizemos que, nesse caso, *lamentar* foi responsável por ativar o pressuposto *Sílvia comprou um carro*.

Na sentença (8), *compreendeu* é o verbo factivo que aciona a pressuposição (8a). Assim, devemos concordar que se *Carlos compreendeu ter perdido o seu amor*, isso quer dizer que ele, de fato, *perdeu o seu amor*, porque não faz sentido dizer que ele compreendeu esta situação, nem mesmo que ele não a compreendeu se o fato pressuposto não for verdadeiro. Isto é, só faria sentido dizer (8) com a crença de que a pressuposição que está sendo acionada pelo verbo compreender é verdadeira.

Em (9), a expressão *estava contente com*, aciona (9a), confirmando que *Clarice ganhou um presente*, e só faria sentido dizer que *Clarice está contente com alguma coisa*, ou mesmo *não está* contente com alguma coisa, diante do fato pressuposto (9a).

Os pressupostos, nos três casos, são fatos acionados pelas expressões factivas e reconhecidos como verdadeiros pelos participantes do discurso. Outros exemplos de expressões factivas podem ser: *saber*, *sentir muito por*, *ter orgulho de*, *ser diferente quanto a*, *estar triste com*.

Moura (1999, p.19.) alerta para a existência de dois subtipos de verbos factivos, os que denotam o conhecimento ou crença do locutor da sentença, chamados epistêmicos, dos quais podemos citar como exemplo: *compreender*, *saber*, *reconhecer*, *etc.*; e os que indicam sensações ou emoções como: *lamentar*, *alegrar-se*, *arrepender-se*, *etc.* (ver também NEVES 2000, p. 32-35). Uma particularidade dos verbos de

sensação é que eles podem não apenas pressupor que o fato da oração subordinada aconteceu, mas também indicar um valor atribuído a esse fato. Dessa forma, podemos encontrar em (7), além do pressuposto *Sílvio comprou um carro*, um valor, ativado pelo verbo *lamentar* e atribuído a Sílvio. Podemos pressupor que o fato de *Sílvio ter comprado aquele carro pode não ser bom*, pois isso justificaria que Sílvio lamentasse a compra.

A análise das sentenças acima serve para ilustrar como o pressuposto pode ser disparado pelos verbos e expressões factivas. Além disso, confirma a característica geral de que uma informação veiculada em forma de pressuposição condiciona a verdade das sentenças.

- **Verbos de mudança de estado**

(10) Júlia **parou** de bater na irmã.

(10a) pp. Júlia batia na irmã.

(11) Júlia **começou** a bater no gato.

(11a) pp. Júlia não batia no gato.

Os verbos de mudança de estado introduzem pressuposições sobre os fatos que aconteciam antes da informação declarada. Por isso, para que possamos aceitar (10 e 11) precisamos antes concordar que (10a) e (11a) aconteciam, ou seja, se aceitamos que *Júlia parou de bater na irmã*, é certo que devemos também concordar que *Júlia batia na irmã*. Da mesma forma, se aceitamos que *Júlia começou a bater no gato*, devemos concordar que ela *não batia no gato*. Outros verbos de mudança de estado são: *acabar, continuar, deixar de, tomar, partir, entrar, vir, ir, chegar*, etc.

- **Verbos implicativos**

(12) Júlia **conseguiu** passar no concurso da prefeitura.

(12a) pp. Júlia tentou passar no concurso da prefeitura.

(13) **Esqueci** de fazer a inscrição para o concurso da prefeitura.

(13a) pp. Eu deveria ter feito a inscrição para o concurso da prefeitura.

ou

(13b) *pp. Eu pretendia ter feito a inscrição para o concurso da prefeitura.*

Assim como os factivos, os verbos implicativos introduzem uma informação que precisa ser aceita como verdade para que o conteúdo declarado na sentença seja coerente. Não faria sentido algum dizer (12) se não considerarmos certo o que está pressuposto em (12a). Isto é, não seria, geralmente, adequado dizer que alguém *conseguiu* algo que não tenha tentado. A não ser no caso em se aplique a ironia. Por exemplo, alguém que conhecesse Júlia e soubesse que ela não fez nenhum esforço para passar no concurso poderia afirmar (12) ironicamente, querendo dizer que ela não seria merecedora da conquista, ou não teria de fato tentado passar. Nesse caso, então, não teríamos um pressuposto, mas uma implicatura (GRICE, 1975). No exemplo (13) temos uma característica que os implicativos compartilham com os factivos. Essas expressões podem ser valorativas, e atribuir ao fato pressuposto um juízo de valor. Podemos notar que, ao pressupor que *Eu pretendia ter feito a inscrição para o concurso da prefeitura*, (13b), apenas se tem como pressuposto um fato. Já quando se pressupõe que *Eu deveria ter feito a inscrição para o concurso da prefeitura*, (13a), atribui-se ao fato pressuposto o valor de obrigatoriedade, ou seja, de alguma forma para o locutor era importante inscrever-se no referido concurso, e não fazê-lo poderia constituir uma falha (MOURA, 1999).

- **Sentenças clivadas**

(14) *Não foi Carmem que enganou Miguel.*

(14a) *pp. Alguém enganou Miguel.*

(15) *Foi Miguel que Carmem enganou.*

(15a) *pp. Carmem enganou alguém.*

As sentenças clivadas são construções em que uma sentença simples é dividida em duas partes com a finalidade de destacar um elemento (Ver CHIERCHIA, 2003, p.184-187). Os enunciados (14) e (15) são exemplos de sentenças clivadas e apresentam a seguinte forma: *(Não) É/Foi SN que(m) SV*, onde *SV* é o *sintagma verbal* e *SN* o *sintagma nominal*. Essas construções linguísticas apresentam na oração subordinada um fato pressuposto, que é ativado pela clivagem. Em (14) *alguém*

enganou Miguel, já em (15) *Carmem enganou alguém*. Estas são as pressuposições, pois são informações que, disparadas pelas sentenças clivadas, são dadas como certas. Vejamos mais alguns exemplos.

(16) *O que Lavínia comeu foi o bolo.*

(16a) *pp. Lavínia comeu alguma coisa.*

(17) *O que Lavínia não comeu foi o bolo.*

(17a) *pp. Lavínia comeu alguma coisa.*

A clivagem também ocorre nas sentenças acima, (16) e (17) que, apesar de apresentarem uma forma um pouco diferente de (14) e (15), mantêm a característica de dividir a sentença em duas partes para destacar um elemento, e trazem uma informação pressuposta. Podemos notar que tanto em (16) quanto em (17) é dado como certo que *Lavínia comeu alguma coisa*. Essa informação é, portanto, o pressuposto (ver SOUZA, 2001, p.154-160).

- **Descrições definidas**

(18) ***O professor de Inglês atendeu Ludmila.***

(18a) *pp. Existe um professor de Inglês.*

Semelhantes aos nomes próprios, as descrições definidas são sintagmas nominais que fazem referência a um ser específico, descrevendo-o. É o que ocorre em (18), uma vez que a sentença, *o professor de Inglês atendeu Ludmila*, traz a descrição definida *o professor de Inglês*, que aciona a pressuposição da existência de um ser determinado que é professor de inglês (FREGE 1978, p.75). Em outras palavras, o uso de uma descrição definida pressupõe a existência do ser a que ela se refere. Essas expressões exercem o papel de fazer uma descrição de um ser específico, e seu uso pressupõe a existência desse ser.

(19) ***O presidente dos Estados Unidos é negro.***

(19a) *pp. Existe um presidente dos Estados Unidos.*

(20) ***A revolta d[os brasileiros] motivou os protestos populares.***

(20a) *pp. Existe algo que corresponde à revolta dos brasileiros.*

(20b) pp. *Existem os brasileiros.*

(20c) pp. *Existem protestos populares.*

Nas sentenças (19) e (20), notamos a presença de pressupostos ativados por descrições definidas, assim como ocorreu em (18). Em (19), dizer que *O presidente dos Estados Unidos é negro* é pressupor a existência de *alguém que é presidente dos Estados Unidos*, ou não faria sentido caracterizar esse referente como negro, nem de qualquer outra forma. Já em (20) percebemos não apenas uma, mas três pressuposições acionadas por descrições definidas: (20a), a existência de *algo que corresponde à revolta dos brasileiros*, é acionada pela descrição definida *a revolta dos brasileiros*, e se não fosse assim, não haveria uma referente para o motivador dos protestos. Ainda dentro desta mesma expressão podemos perceber outra descrição definida *os brasileiros* [a revolta d[os brasileiros]], que pressupõe a existência dos brasileiros (20b). E, também há um terceiro acionador, *os protestos populares*, que ativa o pressuposto de que *existem protestos populares* (20c).

Para Frege (1892 [1978]), essas expressões indicam o *sentido* (forma de apresentação de um objeto) de um *referente* (o próprio objeto). Como as descrições definidas servem para fazer referência, sua substituição por termos que remetem a um mesmo referente torna-se perfeitamente possível em certas condições, por exemplo, em sentenças simples.

Assim, podemos substituir uma descrição definida por outra, desde que ambas façam referência ao mesmo indivíduo, e ainda pelo nome próprio que o designa. Por exemplo, podemos nos referir ao indivíduo Tom Jobim de maneiras diferentes. Podemos usar as descrições definidas, *o criador do movimento bossa nova*, *o autor de Garota de Ipanema*, ou o nome próprio *Antonio Carlos Jobim*, ou seja, independente da forma escolhida, a referência é feita ao mesmo indivíduo. É interessante ainda notar, no caso de pressuposições ativadas por descrições definidas, que, mesmo quando as descrições definidas têm um mesmo referente, cada uma terá a própria pressuposição.

- **Iterativos**

(21) *Carlos levou **novamente** o trabalho para o professor.*

(21a) pp. *Calos já tinha levado o trabalho para o professor.*

(22) *Carlos **retornou** ao apartamento.*

(22a) *pp. Carlos já tinha estado no apartamento.*

As expressões iterativas são itens linguísticos que pressupõem um evento que se repete. Em sentenças com esse tipo de expressão, ao aceitarmos o que está no nível explícito da sentença, precisamos também aceitar como verdade que o evento mencionado na sentença já tenha acontecido, assim como ocorre em (21) e (22). Ora, se aceitamos que *Carlos levou novamente o trabalho para o professor*, é porque consideramos que é verdade que ele *já tinha levado o trabalho*. Da mesma forma, se aceitamos que *Carlos retornou ao apartamento*, precisamos aceitar como verdadeira, também, a informação pressuposta *Carlos já tinha estado no apartamento*. Expressões e verbos iterativos apontam sempre para a pressuposição da repetição de uma ação.

- **Expressões temporais**

(23) *Ivete chorou **depois de** ouvir uma declaração de amor.*

(23a) *pp. Ivete ouviu uma declaração de amor.*

(24) *Diogo sorriu **antes de** abrir o presente.*

(24a) *pp. Diogo abriu o presente.*

Em (23) a expressão temporal *depois de* torna possível a recuperação de uma ação anterior a *chorar* presente em (23a), pois o sujeito da ação verbal *ouviu uma declaração de amor*. O mesmo recurso, a utilização de uma expressão temporal, permite recuperar em (24) o pressuposto de que o sujeito da ação *sorrir* abriu o presente após essa ação, nesse caso ativado pela expressão *antes de* em (24a). Algumas expressões temporais, assim como as outras expressões até aqui apresentadas, desempenham também o papel de acionadores de pressuposição, apontando a informação implícita da sentença.

Os acionadores de pressuposição desempenham um importante papel na sinalização das informações implícitas nas sentenças. Eles são um recurso eficaz para a sinalização da pressuposição semântica, já que permitem que estas informações sejam marcadas no nível textual e, ainda assim mantê-las nas entrelinhas.

Por serem apenas gatilhos para a pressuposição, e não detentores do significado implícito, alguns cuidados na interpretação desses recursos linguísticos de identificação de pressupostos devem ser tomados. Na seção seguinte, abordaremos

casos em que a presença de expressões que costumam ativar pressupostos pode não ser suficiente para caracterizar um conteúdo implícito como pressuposto.

1.2.1 – Acionadores e contexto

Nesta seção começaremos a considerar, também, visões pragmáticas para analisar os pressupostos, e isso justificamos pela necessidade de explicar situações em que a noção puramente semântica pode não satisfazer as necessidades de interpretação. Assim, e como tentaremos explicitar melhor logo adiante, continuaremos a tratar as pressuposições nas sentenças, mas consideraremos o papel do enunciado⁵.

Já sabemos que os acionadores de pressuposição desempenham o papel importante de ativar informações pressupostas e que as informações pressupostas não estão contidas nas expressões ativadoras, apenas podem ser sinalizadas por elas.

Esse conhecimento sobre acionadores é importante para percebermos que nem sempre um iterativo, um verbo implicativo, uma expressão temporal, ou qualquer outro recurso linguístico reconhecido como possível ativador de pressuposição desempenhará esse papel todas as vezes que aparecer numa sentença. A presença ou não do pressuposto pode estar vinculada a essas expressões e estruturas, mas a recíproca pode não ser verdadeira, pois as estruturas e expressões nem sempre estão vinculadas a pressupostos. É possível encontrarmos uma sentença, ou várias delas, nas quais expressões que, em geral, funcionam como ativadoras de pressuposição, não ativem pressuposto algum, ou ainda ativem pressupostos não autorizados por soarem inadequados ou falsos.

Esta observação nos leva também a discutir as diferentes abordagens apresentadas sobre os pressupostos no universo da pesquisa linguística. Na fronteira entre a semântica e a pragmática, a pressuposição pode ser analisada de diferentes formas (ver ILARI, 2000, p.135-138). A pressuposição pode ser vista, por exemplo, como parte da sentença, semelhante ao acarretamento, distinguindo-se deste por ser resistente à negação, como escolhemos tratar neste capítulo, nas seções 1 e 1.2. Nesta abordagem a pressuposição é uma informação acarretada que subsiste não só nas

⁵ Usamos as palavras “sentença” e “enunciado” aqui como: sentença, uma construção gramatical com estrutura e sentido e, enunciado, a realização particular dessa sentença.

sentenças afirmativas, como também nas sentenças negativas (ver também PIRES DE OLIVEIRA, 2001, p.84-85).

Por outro lado, segundo Stalnaker (1972 [1982], p.69) “*De acordo com a concepção pragmática, pressuposição é uma atitude proposicional e não uma relação semântica. Diz-se que as pessoas, e não as sentenças ou proposições, têm ou fazem pressuposições nesse sentido*” (também FREGE 1892 [1978]). Essa discussão de fronteira traz uma reflexão sobre um aspecto importante da interpretação de pressuposições: elas estariam presentes e seriam frutos da sentença, ou do enunciado? A priori, o que poderíamos apontar é que uma concepção vem suprir as lacunas da outra. Ou seja, quando a concepção de pressuposição na, ou da sentença não for suficiente para o esclarecimento do pressuposto, a concepção de pressuposição no, ou do enunciado pode ser.

Ainda segundo Stalnaker (1982, p. 70), não existe nenhum conflito entre os conceitos semântico e pragmático de pressuposição, pois, na verdade, eles seriam explicações de ideias diferentes, mas relacionadas: “*De um modo geral, qualquer pressuposição semântica de uma proposição expressa num dado contexto será uma pressuposição pragmática das pessoas nesse contexto, mas o inverso claramente não é válido*”. Partindo desse conceito, trataremos não só do papel que os acionadores de pressuposição desempenham nas sentenças, mas consideraremos também o papel do enunciado na interpretação das pressuposições. Vejamos o exemplo:

(25) Antônio Fagundes **voltou** à novela das nove.

(25a) pp. Antonio Fagundes já esteve na novela das nove.

A sentença (25) traz como nova informação que o ator Antonio Fagundes voltou a fazer parte de uma novela das nove, e essa informação é autorizada pela pressuposição (25a), *Antônio Fagundes já esteve em uma novela das nove*, que é ativada pelo verbo de mudança de estado, *voltou*, e permite considerarmos como adequada a afirmação feita em (25). Isto é, só podemos aceitar como adequada a informação de que o ator voltou à novela das nove se aceitarmos, também, que ele já esteve em uma novela nesse horário. Como já sabemos, ao aceitarmos como verdade o pressuposto, estamos autorizados a aceitar o conteúdo explícito declarado na sentença. Vejamos o que acontece no exemplo que segue.

(26) *Sílvia Santos **voltou** a apresentar um programa na Rede Globo.*

(26a) *pp. Sílvio Santos já apresentou um programa na Rede Globo.*

A sentença (26) traz, no nível explícito, a informação de que *Sílvia Santos voltou a apresentar um programa na Rede Globo*. Para que essa informação nova seja aceita pelos participantes do ato comunicativo é necessário que seja, também, aceita a pressuposição (26a), ativada pelo verbo de mudança de estado *voltou*. Nesse caso, em particular, aceitar a verdade da informação pressuposta pode ser um problema, porque, no momento em que escrevo, é de conhecimento do público brasileiro que Sílvio Santos jamais fez parte da Rede Globo, não podendo, portanto, ter voltado a fazer parte da emissora. Neste exemplo, o pressuposto não é aceito como verdade, o que compromete as condições necessárias para que a sentença (26) seja usada apropriadamente. Assim, a não aceitação da verdade do pressuposto resulta na não aceitação da verdade do posto. Ou seja, se uma ação é colocada em uma sentença como pressuposta, esta precisa ser aceita para que o que está sendo declarado de forma explícita possa ser aceito, ou considerado verdadeiro. Nosso exemplo mostra que a pressuposição nem sempre é verdadeira, e que quando ela de fato não pode ser aceita como verdade, essa não aceitação passa a ser também a não aceitação do que está explícito. O que lembramos aqui é que, para que seja aceita a verdade da informação no nível do posto, é preciso aceitar a informação contida no nível do pressuposto. E que nesse caso, a sentença, apesar de trazer a expressão ativadora de pressuposição, não poderia ser aceita como verdade, pois o que pressupõe não seria aceito pelos interlocutores e a sentença torna-se inadequada.

Assim, podemos dizer que, se uma pressuposição for incoerente com o conhecimento que os interlocutores têm, ela poderá não ser aceita, ainda que esteja sinalizada por expressão ativadora.

Por esse motivo, para compreender com eficiência as informações pressupostas, muitas vezes faz-se necessário ir além das marcas textuais, considerando não apenas os itens marcadamente linguísticos (ativadores de pressuposições), mas também as informações compartilhadas pelos falantes no momento da enunciação, pois os pressupostos de uma sentença estão envolvidos no fluxo conversacional que promove a progressão textual, e alimenta as informações compartilhadas pelos interlocutores.

Percebemos, então, que o tratamento semântico dado à pressuposição parece começar a demonstrar fragilidades, o que sinaliza a necessidade de considerar

informações que estão além do registrado na sentença. Assim, podemos passar a considerar que o pressuposto é um componente essencial do contexto de uso, já que compõe um conjunto de proposições que os falantes estão dispostos a considerar como conhecimento compartilhado no momento em que ocorre o ato comunicativo. O conhecimento compartilhado determina o entendimento das pressuposições, assim como as condições de verdade e, em muitos casos, é o pressuposto pragmático, ou *fundo comum*, que poderá determinar em que circunstâncias a pressuposição pode ser aceita e, em certos casos, desfazer ambiguidades.

Os textos jornalísticos mostram como a ausência do fundo comum pode prejudicar a interpretação, pois tendem a ficar informacionalmente “velhos” muito rápido. Um exemplo disso é que, quando nos propomos a ler uma notícia de algum tempo atrás, podemos ser surpreendidos pela dificuldade em compreender alguma informação pressuposta, simplesmente pelo fato de não termos a nosso dispor o conhecimento compartilhado necessário para a sua compreensão. Esses casos podem servir de ilustração para a importância de reconhecer o pressuposto como uma informação do conhecimento partilhado. Segundo Moura (1999, p.29) “(...) a determinação do pressuposto depende do contexto (mais precisamente, do repertório de conhecimentos compartilhados dos interlocutores (...))”. É o que tentaremos ilustrar nos exemplos seguintes retirados do site *Folha de S. Paulo*, (acesso em março de 2013), que tratam de assuntos bem conhecidos do público em 2009 e 2010.

(27) *Justiça revela hoje a sentença para o goleiro do Flamengo.*

(28) *Após ameaças técnico da Lusa pede demissão.*

Podemos destacar na sentença (27) a presença de dois pressupostos. O primeiro, *A sentença da justiça para o goleiro do Flamengo era desconhecida*, pode ser facilmente ativado pelo verbo *revelar*, devido à presença do ativador, e pela estrutura usada, as informações pressupostas podem ser facilmente resgatadas, mesmo que o leitor não tenha acesso ao conhecimento de fatos da época. Já o segundo pressuposto, ativado pela descrição definida *o goleiro do Flamengo*, para nós que estamos fora do contexto⁶, pode não ser suficiente para determinar de quem se está falando, isto é, quem

⁶ Estamos usando contexto aqui como conjunto de proposições dadas como certas pelos participantes de um discurso em um dado momento (MCCALLEY, 1993).

é o goleiro a quem a sentença foi revelada. Percebemos a presença do pressuposto de existência, mas não conseguimos saber a quem ele se refere. No entanto, para os leitores da notícia na época em que o assunto estava em evidência, o goleiro seria facilmente identificado e o pressuposto de existência satisfeito sem problemas, pois além de reconhecer *que existe um goleiro do flamengo*, os leitores chegariam à identificação do referente desse pressuposto, *o Bruno*, compreendendo plenamente a informação veiculada através do pressuposto.

Da mesma forma, em (28), temos um ativador temporal, *após*, que indica a presença do pressuposto *houve ameaças ao técnico da Lusa*, e que, apesar de ativado por meio de um item linguístico presente no nível explícito da sentença, só poderia ser plenamente esclarecido por meio das informações presentes no contexto, das quais não compartilhamos, e por isso não temos como identificar quais ameaças foram feitas. Isso, certamente, não seria problema para os leitores que compartilhavam as informações do fundo conversacional na época em que foi publicada a notícia.

Exemplos de que os pressupostos de uma sentença estão ligados ao fluxo conversacional não são exclusivos dos textos jornalísticos. É possível encontrar sentenças que necessitam do conhecimento compartilhado para que se possa identificar o pressuposto em muitas variantes textuais, ou seja, a presença da pressuposição e sua identificação por meio de ativadores ou do contexto de uso não são exclusividade deste gênero.

Já sabemos que os pressupostos envolvem o fluxo conversacional, e podem apresentar dependência contextual para seu esclarecimento. Vejamos, a seguir, como isto pode ocorrer numa situação linguística diferente.

(29) *Joana ficou doente **antes de** casar com Roberto.*

Para a interpretação de (29), precisamos recorrer ao fluxo conversacional, pois temos um pressuposto de que *Joana casou com Roberto*, ativado pela expressão temporal *antes de*, que aponta para uma interpretação possível de que ela adoeceu antes disso. Acontece que também é possível pressupor que *Joana não casou com Roberto* e que a doença foi o motivo para que o casamento não acontecesse. Em ambos os casos de interpretação para (29), o que poderia desfazer a ambiguidade seria o contexto conversacional, ou seja, só o conhecimento compartilhado pelos falantes pode deixar

claro se Joana de fato casou com Roberto, ou se a doença a impediu de realizar essa ação. (Ver MOURA, 1999, p23).

Agora, vejamos o que ocorre em (30).

(30) *Joana morreu **antes de** casar com Roberto.*

Em (30) temos novamente a expressão *antes de*, que em (29), acima, funcionava como ativador de pressuposição. No entanto, não podemos dizer que o mesmo acontece em (30), pois o verbo *morrer* não permite que haja nenhuma possibilidade de que Joana tenha casado com Roberto. Nosso conhecimento compartilhado nos impede de aceitar a pressuposição que seria ativada pela expressão *antes de*, que neste caso não ativa pressuposição alguma. Isso confirma o que temos abordado nesta seção, e anteriormente neste trabalho: algumas expressões podem funcionar como ativadores de pressuposição, mas não são elas que as contêm, os pressupostos existem no conteúdo implícito das sentenças e/ou enunciados, e podem, ou não, ser ativados por essas expressões ou estruturas.

Segundo Ducrot (1972), o enunciado, por ele mesmo, não é capaz de produzir todas as formas de sentido, pois o sentido de um enunciado se dá a partir de sua significação literal juntamente com as condições apresentadas pelo contexto. Isto é, o sentido de um enunciado se estabelece em função do material linguístico presente nele (aqui podemos entender como o lugar das marcas linguísticas ativadoras de pressuposição) e das modificações que podem ser provocadas por elementos contextuais da enunciação (o que definiria o sentido final de um enunciado).

Desse modo, podemos concluir que, mesmo com a presença de palavras responsáveis por ativar os pressupostos, estes podem ser dependentes do contexto para uma interpretação completa, como demonstraram (29) e (30), por exemplo. Assim, podemos considerar que a pressuposição, ainda que ativada por acionadores marcados no nível explícito da sentença, poderá não ser interpretada plenamente no nível do implícito e necessitar, em alguns casos, que os interlocutores recorram às informações compartilhadas para compreender o que está sendo dito.

Por isso, no capítulo seguinte, avançaremos na análise de pressupostos e consideraremos seu comportamento além das sentenças simples, observando sua projeção para as sentenças complexas e até além dessas, na progressão do texto. Isto é, partindo dos acionadores chegaremos a uma análise mais ampla da pressuposição.

CAPÍTULO II

2 – PRESSUPOSIÇÃO: ALÉM DOS ACIONADORES

Neste capítulo apresentaremos, inicialmente, uma análise dos limites existentes entre a pressuposição semântica das sentenças simples e sua projeção para as sentenças complexas, observando o papel dos acionadores de pressuposição bem como dos mecanismos que podem levar adiante a pressuposição dentro da sentença complexa ou cancelá-la.

Apresentaremos, também, a pressuposição desempenhando o papel de informação nova que pode ser acomodada ao conhecimento compartilhado e servir ao propósito da informatividade. Partindo da abordagem da acomodação e da informatividade, discutiremos o papel argumentativo da pressuposição e finalizaremos o capítulo com a apresentação da pressuposição dinâmica através da análise de atualização de contextos. Nesta perspectiva pretendemos mostrar nas seções seguintes como os pressupostos podem avançar junto ao desenvolvimento textual e ser ou não atualizados.

2.1 Pressuposição e projeção

No desenvolvimento de um texto a pressuposição das sentenças simples pode passar às sentenças complexas. É o que se chama *projeção da pressuposição*. No estudo da projeção são considerados os pressupostos das sentenças simples e as condições em que eles são ou não preservados nas sentenças complexas. Em outras palavras, os pressupostos dos períodos simples (de apenas uma oração) podem manter-se nos períodos compostos (com mais de uma oração)⁷, mas isso não é certo, pois o contrário também pode ocorrer e no período composto a pressuposição pode ser cancelada.

Segundo Chierchia (2003, p.543),

⁷ Estamos usando aqui uma nomenclatura mais tradicional, pois não pretendemos nos prender a nenhuma abordagem sintática específica e usaremos diversas classificações ao longo do texto.

A **projeção das pressuposições** das sentenças simples às mais complexas apresenta grande regularidade e os falantes nativos têm intuições não apenas sobre o que pressupõem as sentenças de (1), mas também sobre o que pressupõem as sentenças que contêm as sentenças como (1) (grifo do autor).

Isto quer dizer que, em muitos casos as pressuposições de uma sentença simples passam a ser também pressuposições das sentenças complexas que contêm estas sentenças simples. Vejamos como isto ocorre no exemplo abaixo.

(31) *Clarice sabe que seu marido não parou de beber.*

Para tentarmos entender como a projeção pode funcionar numa sentença complexa, vamos iniciar observando que temos duas informações sendo declaradas em (31): uma declara que *o marido de Clarice não parou de beber*, e outra que *Clarice sabe disso*. É interessante notar que essas informações estão no nível explícito da sentença. Se observarmos as informações no nível implícito teremos, junto à informação *o marido de Clarice não parou de beber*, a pressuposição que *o marido de Clarice bebia* e, a estrutura completa *Clarice sabe que seu marido não parou de beber* herda essa pressuposição. Assim, podemos dizer que a sentença complexa (todo o período em (31)), passa a ter o mesmo pressuposto da sentença que está encaixada dentro desse período complexo (*o marido de Clarice não parou de beber*). Seria interessante comentar, ainda, que algumas expressões podem ser responsáveis por essas “intuições dos falantes nativos” sobre a pressuposição em períodos complexos. No caso em análise agora, o acionador *parar de* ativou a pressuposição, e disso já falamos no capítulo 1, já o verbo no indicativo presente *sabe*, que, por ser factivo, também pode funcionar como acionador, aqui tem um papel a mais, pois permite que a pressuposição seja projetada para todo o período. Assim, a pressuposição da sentença simples passa a valer para toda a sentença complexa.

Levinson (2007, p.242), ao tratar da projeção, compara o comportamento da pressuposição com o do acarretamento. Essa comparação não nos deterá no momento, mas interessa-nos seu comentário sobre a imprevisibilidade da pressuposição.

Há dois aspectos no problema da projeção. Por um lado, as pressuposições sobrevivem em contextos linguísticos em que os acarretamentos não conseguem subsistir (as pressuposições das

sentenças componentes são herdadas pelo período gramatical como um todo em situações em que os acarretamentos dessas mesmas sentenças componentes não seriam). Por outro lado, as pressuposições desaparecem em outros contextos em que poderíamos esperar que subsistissem e em que os acarretamentos subsistiriam.

Um dos aspectos mencionados por Levinson pode ser percebido pela análise do exemplo (31). Alguns mecanismos responsáveis pela projeção são elementos lexicais, marcados no texto, que podem introduzir a pressuposição e conduzi-la adiante, projetando a informação pressuposta de uma estrutura à outra, ou cancelá-la, impedindo que os pressupostos passem a valer para o todo da sentença complexa.

Os mecanismos que agem nas sentenças, promovendo ou impedindo a projeção da pressuposição, foram nomeados de acordo com suas características de preservação e/ou cancelamento. Assim, temos os *furos*, termos usados para nomear as expressões que podem, num determinado contexto, deixar que a pressuposição seja herdada por todo o período. Temos também os *bloqueios* que, por sua vez, impedem a pressuposição de ser herdada por todo período. E, finalmente, os chamados *filtros*, que podem tanto desempenhar o papel dos *furos*, deixando passar a pressuposição para todo período, quanto cancelá-la impedindo que se projete.

Esses mecanismos são de grande importância para a compreensão do nexos semântico da pressuposição e do seu comportamento nas sentenças complexas. Por esse motivo, nas próximas seções, vamos examinar exemplos de cada um deles.

2.1.1 Furos

Os *furos* são um mecanismo responsável pela projeção, pois permitem que a pressuposição vá da sentença simples à sentença complexa. Os exemplos mais recorrentes desse tipo de mecanismo são os verbos factivos, a negação e os operadores modais, já que esses permitem que as pressuposições se projetem, isto é, deixem de ser pressuposições de uma só oração dentro de um período complexo, tornando-se pressuposições de todo o período complexo.

- **Verbos factivos**

Como vimos anteriormente, responsáveis por introduzir orações subordinadas, os verbos factivos acionam o pressuposto de que o fato descrito pela oração subordinada é dado como certo. Em (32), abaixo, ilustramos como o verbo factivo *arrepender-se* é furo.

(32) *Jamais **me arrependerei** de ter saído de Recife.*

Na sentença complexa (32), percebemos que o pressuposto *eu estive em Recife*, que ativado pela expressão acionadora *ter saído de*, é projetado para toda a sentença complexa, pois o factivo *me arrependerei* deixa passar essa pressuposição. Assim, podemos considerá-lo como um furo (ou um “*buraco*”) que faz a pressuposição se projetar de uma oração para outra passando a ser uma pressuposição do período completo. Lembramos que o factivo *me arrependerei* pressupõe que *eu ter saído de Recife* é verdade, por isso, no caso de exemplos como (32) só faria sentido, linguisticamente, arrepender-se ou não arrepender-se de algo que aconteceu, e seria equivocado usar esse tipo de verbo se o fato não tivesse ocorrido.

No entanto, convém lembrar que, a sentença (32) pode ser considerada ambígua, uma vez que pode ser submetida à negação metalinguística. Neste caso teríamos: *Jamais me arrependerei de ter saído de Recife, porque simplesmente nunca saí de Recife*. Assim, a sentença deixa de pressupor que *eu ter saído de Recife* é verdade, pois isso é negado explicitamente. (Ver MOURA, 1999, p.28)

Negação

Já sabemos que a pressuposição é uma informação implícita que não é afetada pela negação. O que acrescentamos agora é que a negação pode também ser responsável pela projeção da pressuposição da oração simples para a oração complexa. Desempenhando o papel de *furo*, a partícula negativa permite a projeção da pressuposição no período, conforme o exemplo que segue:

(33a) *Ludmila retornou à sala para falar com o professor.*

(33b) *Ludmila **não** retornou à sala para falar com o professor.*

(34a) *Ludmila aceitou continuar trabalhando com Pedro.*

(34b) *Ludmila **já**mais* aceitou continuar trabalhando com Pedro.

O que ocorre em (33) é mais um exemplo de que a negação não afeta uma informação pressuposta. A pressuposição *Ludmila esteve na sala* é projetada da sentença simples para a complexa, tanto na versão afirmativa, em (33a), quanto na versão negativa, em (33b). O que ocorre em (34a/b) não é diferente: a pressuposição da sentença encaixada, *Ludmila continua trabalhando com Pedro*, projeta-se para a sentença como um todo, e o pressuposto, *Ludmila trabalhava com Pedro*, passa a valer como verdade do período complexo. Assim, confirmamos que partícula negativa não afeta a pressuposição, permitindo que o pressuposto passe a ser de todo o período complexo. Esse comportamento da pressuposição não é surpreendente, visto que a resistência da pressuposição à negação é um tema tradicional nos estudos semânticos, estando na origem de várias abordagens pressupicionais (FREGE 1978, p. 75. LEVINSON, 2007 p.223).

- **Operadores modais**

Os operadores modais, ou modalizadores, são expressões através das quais o locutor manifesta atitudes e intenções diante do enunciado. São elementos linguísticos que materializam a modalização (NASCIMENTO 2009, p.42), ou seja, revelam as diferentes posições do falante em relação à proposição ou conteúdo da proposição do enunciado.

Por revelarem diferentes posições do falante, são agrupados em tipos diferentes de modalização. Em nossos exemplos usaremos dois tipos de operadores modais: os *aléticos*, que relacionam as noções de necessidade e possibilidade ao valor de verdade das proposições, e os *deônticos*, que relacionam o conteúdo da proposição com uma permissão ou uma obrigação.

O que pretendemos demonstrar agora é que da mesma maneira que as pressuposições resistem à negação, conseguem, também, resistir em contextos com operadores modais. No exemplo que segue, o modal alético *possível* deixa passar a pressuposição da sentença subordinada para todo o período:

(35) *É **possível** que Ludmila tenha retornado à sala para falar com o professor.*

Podemos dizer que em (35), a sentença encaixada *Ludmila tenha retornado à sala*, pressupõe que *Ludmila esteve na sala*, já que é consenso que só se poderia retornar a um lugar onde se esteve. Este pressuposto é ativado pelo acionador *tenha retornado*, e a manutenção desse pressuposto no período complexo é resultado da presença da expressão modal *é possível* funcionando como *furo*, pois permite que a pressuposição se projete da parte (sentença encaixada) para o todo (sentença complexa). Esse mesmo resultado pode ocorrer com expressões modais deônticas, como *dever* no exemplo que segue.

(36) *Ludmila **devia** ter retornado à sala para falar com o professor.*

O que notamos nesse caso é o mesmo que já mencionamos anteriormente em (35), a manutenção da pressuposição *Ludmila esteve na sala* em todo o período (ver LEVINSON, 2007, p.243). Outra constatação interessante sobre os modais é que a intuição sobre o pressuposto é preservada mesmo quando o modal permite várias interpretações. É o que acontece quando aparece o modal *poder* em (37), a seguir, que pode ser entendido no sentido de ter capacidade para fazer ou de ter permissão e, independente da interpretação escolhida, o pressuposto que já conhecemos em (34) e em (35), *Ludmila esteve na sala*, se mantém.

(37) *Ludmila **podia** ter retornado à sala para falar com o professor.*

O que percebemos em (37) é que há a possibilidade de entender duas coisas diferentes: uma delas é que *Ludmila tinha permissão para retornar à sala e falar com o professor*, e outra interpretação perfeitamente possível é que *Ludmila tinha condições de retornar à sala para falar com o professor*. Independente de como interpretamos essa sentença, a intuição sobre o pressuposto não muda. Assim, continuamos tendo a certeza de que *Ludmila esteve na sala*, mesmo considerando a ambiguidade da forma verbal *podia*.

Segundo Levinson (2007, p 245), “*Torna-se, então, possível definir as pressuposições não como inferências que meramente conseguem resistir à negação, mas como inferências que também subsistem sistematicamente numa série de outros contextos...*”. Essa constatação se torna possível por meio da observação do

funcionamento dos *furos* nas sentenças complexas, revelando que a pressuposição é muito mais do que uma informação acarretada e que resiste à negação. É uma intuição verdadeira, permitida e exigida pelo conhecimento compartilhado, além disso, é resistente em uma série de contextos além da negação, como é o caso de contextos modais, conforme exemplificamos acima. Para Levinson esse comportamento de subsistência em diferentes contextos é específico das pressuposições.

Podemos então dizer, que as pressuposições são capazes de resistir em muitas situações, pois há um conjunto de operadores sentenciais que permitem que elas sejam herdadas e tornem-se pressuposições de todo o período complexo. Mas as pressuposições também podem desaparecer dentro dos períodos complexos em situações bem específicas, e dessa forma ser anuladas dependendo do contexto no qual estão inseridas. Isso acontecerá em virtude de expressões de *bloqueio*, o que abordaremos a seguir.

2.1.2 Bloqueios

Os *bloqueios* têm efeito inverso dos *furos*, pois são mecanismos linguísticos que impedem que a pressuposição se projete das orações simples às complexas. Comuns instrumentos de *bloqueio* são alguns verbos de atitude proposicional⁸ como *querer*, *acreditar*, *sonhar*, *imaginar*. As sentenças com este subgrupo de verbos de atitude proposicional, que funcionam como bloqueio, resultam em orações em que o locutor não se compromete com a verdade do pressuposto que aparece na estrutura encaixada. Isso impede que a pressuposição se mantenha e torne-se pressuposição de todo o período, ou seja, ocorre o bloqueio da informação pressuposta. Como acontece em (35) abaixo.

(38) A menina **acredita** que é a princesa Rapunzel.

Na sentença (38) o verbo *acreditar* impede que apareça a pressuposição da sentença encaixada *há uma princesa Rapunzel*, pois o verbo de atitude proposicional

⁸ O termo é geralmente usado na semântica formal para a expressão da atitude do falante em relação ao conteúdo proposicional (SEUREN, 1998, p 398).

bloqueia a informação pressuposta ativada pela descrição definida. Isto pode estar justificado pela construção indireta da sentença, que demonstra o não comprometimento do locutor com o pressuposto, impedindo a projeção para toda a sentença complexa. Retomaremos este exemplo no final desta seção.

Também são comuns instrumentos de bloqueio os verbos *de dizer*, como por exemplo, o próprio *dizer*, *falar*, *contar*, *etc.* No exemplo que apresentaremos a seguir, a forma verbal *disse* impede que o pressuposto da sentença subordinada seja dado como informação certa, pois não é assumido pelo locutor, o que faz com que seja bloqueado.

(39) O ministro **disse** que continuava indignado com as acusações de corrupção contra seus assessores.

Podemos notar que, em (39), a sentença *continuava indignado com as acusações de corrupção* pressupõe que o ministro já estava indignado com as acusações, mas o locutor não assume esse pressuposto e usa a forma verbal *disse* para bloquear a pressuposição contida na sentença (ver MOURA, 2006, p.48).

Faz-se importante, no entanto, uma reflexão um pouco mais detalhada sobre as expressões de bloqueio nesta seção. Por isso, os exemplos que doravante apresentaremos e retomaremos, serão analisados com a consideração do conhecimento compartilhado pelos falantes em contextos determinados. Pois, as expressões de bloqueio, da mesma forma que as expressões acionadoras, ou os furos, estão condicionadas não apenas à construção da sentença, mas as suas condições de enunciação. Isto é, o contexto em que estão inseridas as expressões de bloqueio e o conhecimento compartilhado pelos interlocutores são determinantes para a manutenção ou não das informações pressupostas.

Como já foi apresentado na seção 1.2.1, as pressuposições não estão nas expressões, elas podem ser desencadeadas a partir delas, e isso não constitui uma regra sem exceções. Ou seja, apresentar uma série de expressões como acionadores, furos ou bloqueios, não encerra a discussão sobre a presença ou sobre a permanência de um pressuposto. Cada caso, em cada sentença ou enunciado, precisa levar em consideração também as informações compartilhadas pelos falantes dentro do contexto em que ocorre a comunicação.

Tomemos por exemplo a sentença seguinte, mas antes vamos acrescentar um contexto para esta sentença. Imaginemos uma mãe jovem referindo-se a seu filho de 8 anos depois de repreendê-lo por uma travessura e ser surpreendida por um bilhetinho dizendo que ele fugiria de casa pois ela não o ama mais. Além disso, consideremos, ainda, que a frase seria enunciada por alguém do convívio de mãe e filho e conhecedor do afeto entre eles.

(40) *Assustada, a mãe **disse** que continua amando o filho.*

É possível perceber em (40) dois marcadores linguísticos distintos, o verbo *continuar*, que comumente desempenha papel de acionador de pressuposição, e o verbo *dizer*, que, por sua vez, costuma funcionar como bloqueio. O que é interessante, ou intrigante neste exemplo, dado o contexto, é que a pressuposição parece sobreviver à expressão de bloqueio, e o que inferimos da sentença é a pressuposição de que *a mãe amava o filho*. Não parece que seria comum que alguém duvidasse desse pressuposto, mesmo com a presença do verbo *dizer*, nem da existência do filho, acionada por *o filho*.

Por outro lado, se o contexto fosse outro, a expressão de bloqueio poderia funcionar como “de costume”. Suponhamos agora que (40) é parte de uma notícia, que retrata ainda o mesmo contexto. Nesse caso, seria facilmente aceito o bloqueio da pressuposição, pois o conhecimento compartilhado autorizaria o entendimento de que o jornalista estaria utilizando o verbo de bloqueio, *disse*, com a intenção de não comprometer-se com o pressuposto, pois o conhecimento compartilhado nos autorizaria interpretar o uso do bloqueio como um recurso comum aos textos jornalísticos.

Assim, a resistência à expressão de bloqueio, aparentemente, vai de encontro à crença de que certos elementos, por si sós, podem ser responsáveis pelo bloqueio, ou pelo menos, confirma a ideia de que a presença, permanência, ou cancelamento de pressuposições estão ligados a intuições dos falantes, e não apenas aos elementos linguísticos. Talvez isso signifique que para acontecer o bloqueio, é necessário, além da presença dos verbos que comumente suspendem a pressuposição, que eles representem o não comprometimento do locutor, e revelem um discurso indireto, no qual a verdade do pressuposto não é assumida pelos falantes. (ver LEVINSON, 2007, p.246-249)

Outro ponto interessante a ser discutido, ainda nesta seção sobre expressões de bloqueio, retoma o que foi dito sobre o exemplo (38), *A menina acredita*

que é a princesa Rapunzel. Dissemos que o verbo impediu a manutenção da pressuposição do período complexo por tratar-se de uma crença do locutor, já que *acreditar* é um verbo de atitude proposicional, afinal essa foi a descrição encontrada na literatura pesquisada (KARTUNNEN, 1973; CHIERCHIA, 2003).

No entanto, se nos detivermos um pouco mais na análise deste exemplo, assim como acreditamos possa acontecer em casos similares, notaremos que o pressuposto existencial, *existe a princesa Rapunzel*, não é bloqueado pelo *acredita que*, mas por essa existência não ser aceita no mundo real, embora ela de fato exista como personagem dos contos de fadas. Parece mais pertinente dizer que o “bloqueio” está em aceitar como verdade que a menina seja a princesa. Uma explicação para que o pressuposto não pareça verdadeiro para a sentença complexa é considerar que o verbo *acreditar* não é factivo. Assim, o que notamos, na verdade, é o não comprometimento do locutor com a afirmação feita com o verbo *ser*, ou seja, o locutor, de maneira nenhuma, assume que a menina *é a princesa Rapunzel*, mas isso não nos parece suficiente para dizer que o pressuposto de existência da princesa seja bloqueado especificamente pelo verbo *acreditar*.

Levinson (2007, p.248) alerta para essa problematização com os *tampões* (um sinônimo para *bloqueios*, na tradução brasileira desse livro), e afirma que o que se coloca sobre os bloqueios de pressuposição não é claro o suficiente para que seja considerado como uma regra geral, acrescentando que a existência desses bloqueios é dúvida. E dúvida também pode ser a análise feita sobre os elementos de projeção que apresentaremos a seguir, os filtros. Estes já aparecem na literatura como o aspecto mais problemático do problema da projeção.

2.1.3 Filtros

Os *filtros*, por sua vez, prestam-se a ambos os papéis, podendo tanto projetar quanto bloquear a pressuposição. Talvez por isso chamem mais atenção dos semanticistas, pois necessitam de uma análise mais cuidadosa, inevitavelmente contextual. Casos recorrentes de filtro são a conjunção *e* e a disjunção *ou*. O exemplo seguinte ilustra um caso em que a conjunção *e* funciona como *filtro*:

(41) *Joaquim ganhou um prêmio na mega-sena e ficou muito feliz por ganhar esse prêmio.*

Nesse exemplo, temos a mesma informação em dois níveis diferentes. Na segunda oração, temos o pressuposto *Joaquim ganhou um prêmio*. Esta informação pressuposta já foi introduzida na primeira oração no nível do posto. Dessa forma, o que estava pressuposto foi filtrado pela conjunção e a informação que estava em segundo plano não se mantém como pressuposto de todo o período. O que acontece em (41) é: se já está declarado que *Joaquim ganhou um prêmio*, não é mais possível que isto seja pressuposto numa mesma sentença. Mas as conjunções nem sempre filtram a pressuposição, elas podem manter a informação como pressuposta e isso é muito comum.

(42) *Joaquim separou-se da esposa, e ele está muito triste por ter se separado da esposa a quem tanto amava.*

Esse exemplo ilustra um caso no qual tanto a primeira quanto a segunda sentença têm o pressuposto *Joaquim era casado*, no entanto, diferente de (41), o que está posto em uma não elimina a pressuposição da outra.

Podemos dizer, numa análise comparativa entre as sentenças (41) e (42), que as informações dadas aparecem em níveis diferentes nas duas sentenças. Enquanto na sentença (41) temos a mesma informação no nível explícito (posto) e implícito (pressuposto), dentro do período complexo, em (42) a informação das sentenças do período complexo se mantém no mesmo nível, o implícito. Poderíamos chegar à conclusão de que esta diferença justificaria a filtragem da informação pressuposta em uma e não na outra. Essa flexibilidade característica dos *filtros* é motivo de uma rica reflexão linguística, na qual, no entanto, não iremos nos deter aqui (ver MOURA, 1999, 45-47).

O estudo da projeção por meio de elementos como *furos*, *filtros* e *bloqueios* envolve uma teoria semântica da pressuposição que não leva em conta o conjunto de informações compartilhadas pelos falantes. Na seção 2.4, tentaremos mostrar a vantagem de considerar as informações que estão além da sentença para interpretar as pressuposições e para isto trataremos da pressuposição em uma definição contextual, que pode permitir uma análise dinâmica desse nexos semântico.

Outro aspecto interessante, e que apresentaremos na seção seguinte, é que a pressuposição pode também servir ao papel informativo quando é colocada como informação nova. Isto é, a ocorrência de uma pressuposição ainda não compartilhada pelos falantes no fundo comum pode ser incorporada ao conhecimento compartilhado enquanto promove a informatividade.

2.2 Pressuposição: informação nova ou informação velha?

Até aqui, refletimos sobre o fenômeno da pressuposição marcada no texto como uma informação já conhecida dos participantes do discurso. Aliás, esse é o tratamento mais comum direcionado a esse nexo de sentido. Em geral, as considerações sobre a pressuposição a colocam em oposição à informação declarada na(s) sentença(s) como nova(s), reconhecendo, assim, o pressuposto como informação velha.

Ducrot (1987, p.20) faz uma reflexão temporal sobre *pressuposto*, ao comparar este a outros fenômenos de significado, como o *posto* e o *subentendido*:

... é possível dizer que o *posto* se apresenta simultaneamente ao ato da comunicação, como se tivesse surgido pela primeira vez, no universo do discurso, no momento da realização desse ato. O *subentendido*, ao contrário, ocorre em momento posterior a esse ato, como se tivesse sido acrescentado através da interpretação do ouvinte; quanto ao *pressuposto*, mesmo que, de fato, nunca tenha sido introduzido anteriormente ao ato de enunciação (...), ele procura sempre situar-se em um passado do conhecimento, eventualmente fictício, ao qual o locutor parece referir-se.

A reflexão de Ducrot, apesar de situar a pressuposição *em um passado do conhecimento*, levanta a questão que discutiremos nesta seção: a informação implícita introduzida como pressuposto pode não ter sido introduzida anteriormente. Ou seja, a pressuposição pode aparecer como informação nova para o interlocutor, quando é colocada na sentença em forma de pressuposto, mesmo sem fazer parte do conhecimento compartilhado pelos agentes do discurso. E isso pode não trazer nenhum problema ao fluxo conversacional, pois uma informação nova introduzida em forma de pressuposto pode, em muitos casos, ser incorporada ao discurso sem prejuízo de entendimento. Alguém pode dizer: *Meu carro ainda está no conserto*, e o ouvinte,

mesmo sem compartilhar o pressuposto de que o locutor tem um carro, aceitar o pressuposto junto com a informação nova.

Retomemos (22), exemplo da seção 1.2, semelhante ao que tratamos no parágrafo anterior, mas tratado numa análise um pouco mais detalhada:

(22) *Carlos retornou ao apartamento.*

pp. Carlos já esteve no apartamento.

Expressões e verbos iterativos apontam sempre para a pressuposição da repetição. Como já vimos, em (22) para que seja aceita a declaração de que *Carlos retornou ao apartamento*, precisamos aceitar que ele *já esteve no apartamento*. O que levantamos agora é a hipótese do interlocutor de (22) não conhecer a informação pressuposta (22a). Bezerra (2004, p.57) faz uma observação interessante sobre os verbos iterativos, que pode ser aplicada a (22). O pressuposto ativado por um iterativo pode tanto ser uma informação compartilhada quanto uma informação nova. Para alguém que conhece Carlos, e sabe que ele já esteve no apartamento, o que está em (22a) é uma informação compartilhada, mas para alguém que não o conhece, ou mesmo conhece Carlos e não sabe que ele esteve no apartamento, a pressuposição (22a) é uma informação nova, que aparece no momento da enunciação, e pode ser acrescentada ao background.

Segundo Trindade (2000,p.95),

em princípio, e por definição, o pressuposto é algo já sabido antes do posto, pois ele é compartilhado, ou é dito como se fora. No entanto, às vezes, não há o conhecimento partilhado, logo o pressuposto tem a função informativa.

Essa característica informativa da pressuposição pode ser importante para a compreensão de enunciados e pode, ainda, facilitar a leitura, enquanto introduz informações necessárias à compreensão global do está sendo dito. Vejamos mais um exemplo.

(43) *Praia da Tartaruga, em Búzios, será liberada hoje.*

(43a) *pp. Praia da tartaruga está interditada.*

O enunciado em (43) é uma manchete do Jornal Folha de São Paulo, do dia 26/02/14. Manchetes costumam recorrer à pressuposição como recurso para informar o leitor sobre o que ele possivelmente ainda não sabe. Temos em (43) o pressuposto de que *a praia da Tartaruga está interditada*. Esta informação é marcada pela expressão verbal *será liberada*, que ativa a informação pressuposta, já que, em geral, libera-se algo que esteja bloqueado ou interditado. É possível que o leitor não saiba da interdição da praia, nesse caso o pressuposto se encarregará de fornecer essa informação nova.

A concepção de pressuposição como introdutora de uma informação nova leva em consideração que a pressuposição não é um fenômeno independente, e sim um fenômeno em uma série de efeitos produzidos pelos falantes quando empregam certas estruturas dentro de um conhecimento compartilhado prévio. Assim, a pressuposição é reconhecida em duas faces, uma que permite a inferência de uma informação *nova*, e outra que ativa informações *velhas*, ambas componentes da estrutura do discurso.

Essa concepção de pressuposição abre a possibilidade de considerar que o pressuposto pode surgir no momento da enunciação e não apenas em um tempo anterior ou posterior. Permite, ainda, que o estatuto do pressuposto seja discutido sob a ótica de informação compartilhada ou de informação supostamente compartilhada, ou seja, informação *velha*. Assim, a informação pressuposta não é determinada apenas pela expressão que desempenha o papel de ativá-la, mas é também parte de um repertório de informações compartilhadas e necessárias à compreensão. E, segundo Lewis (1979, p.339), “*Se no tempo t algo é dito que requer um pressuposto P para ser aceitável, e se P não é pressuposto pouco antes de t , então - ceteris paribus e dentro de certos limites – o pressuposto P passa a existir em t* ” (tradução nossa - grifos do autor)⁹. Isto é, caso não seja parte do repertório de informações compartilhadas as informações pressupostas *novas* podem ser *acomodadas* e passar a compor o quadro das informações compartilhadas pelos falantes. Lembrando, entretanto, que elas foram apresentadas no discurso como se fossem *velhas*.

Para Stalnaker (1972), a possibilidade de apresentar um pressuposto como informação nova conduz ao fenômeno da *acomodação*, no qual o locutor

⁹ “If at time t something is said that requires presuppositions P to be acceptable, and if P is not presuppositions just before t , then - ceteris paribus and within certain limits – presuppositions P comes into existence at t ” (LEWIS, 1979, p.339).

apresenta o pressuposto como se fosse uma informação compartilhada, mesmo sabendo que a informação é nova, ou seja, desconhecida do interlocutor. A partir daí o locutor direciona as informações de um modo que o interlocutor inclua o conteúdo pressuposto ao seu conhecimento compartilhado, assim o interlocutor aceita a pressuposição como um elemento não controverso no contexto.

Vejamos mais um exemplo:

(44) *Um homem entra em uma festa acompanhado de sua esposa, que logo encontra uma amiga a quem vai cumprimentar. Por instantes sozinho, ele é visto por um amigo a quem não vê há algum tempo e este vem ao seu encontro. O amigo repara numa mulher e comenta, “que linda não, muito interessante”, o homem então responde, “também acho, por isso casei com ela”.*

Acontece em (44) que o homem, talvez, ao perceber o interesse do amigo pela sua esposa, informa que a mulher a quem o amigo se refere *é casada e sua mulher*. É claro, que o homem sabe que o amigo não a conhece, e nesse caso o pressuposto não pode ser conhecimento partilhado, no entanto, a introdução dessa informação como pressuposto é naturalmente aceita pelo amigo, que, aceitando a informação nova como pressuposto, passa a compartilhar dessa informação no discurso.

Isto não quer dizer que toda informação pressuposta nova seria aceita com naturalidade. Um conteúdo pressuposto novo precisa ser uma informação não controversa para que seja aceito e passe a fazer parte das informações compartilhadas pelos interlocutores. Além disso, é necessário considerar-se o papel de informatividade do pressuposto quando é introduzido como suposta informação compartilhada.

A presença da pressuposição introduzida como informação nova a ser acrescida ao conhecimento compartilhado, além de exercer um papel informativo, pode caracterizar um recurso muito interessante da linguagem: a argumentação. Pois, à medida que o locutor veicula uma informação em forma de pressuposto, seja ela informação nova ou compartilhada, este coloca o interlocutor na situação de cúmplice da mensagem, podendo inclusive eximir-se pela responsabilidade de dizer. Na próxima seção, falaremos sobre o uso das pressuposições como recurso argumentativo considerando que a linguagem, ao desempenhar seu papel comunicativo, pode estar carregada de intencionalidade.

2.3 Pressuposição e argumentação

Vimos na seção 2.2 que a pressuposição acontece no fluxo conversacional e pode constituir informações compartilhadas pelos interlocutores, ou informações novas que podem ser ajustadas, *acomodadas*, ao contexto. Destacaremos agora que a apresentação das informações em forma de pressuposto pode ocorrer no discurso como recurso argumentativo, e que o papel informativo desempenhado pelo pressuposto pode contribuir para a argumentação. Pois, a fim de se comunicar, as pessoas escolhem expressões e estruturas que veiculam muito mais do que uma mensagem.

As mensagens, sejam elas orais ou escritas, estão sempre carregadas de intenções, e os indivíduos têm sempre razões que justificam determinadas escolhas, mas nem sempre isso precisa ou pode ser assumido por quem comunica. Além disso, há de se considerar que as escolhas feitas para efetivação do ato comunicativo visam à manutenção das relações sociais, que, por sua vez, necessita de certos cuidados com o que se diz, onde, em que situação e para quem se diz.

Neste sentido a necessidade dos implícitos para as relações sociais pode estar ligada a certos tabus que norteiam a comunicação, sinalizando que há expressões ou temas que não se deve pronunciar em determinadas situações sob pena de ser responsabilizado por elas. Segundo Ducrot (1977, p.13) existem informações que o locutor *“não tem o direito de dar, não porque elas sejam objeto de alguma proibição, mas porque o ato de dá-las constituiria uma atitude considerada repreensível”*. Assim, faz-se necessário comunicar por meio de implícitos que permitam ao locutor dizer algo, mas sem precisar responsabilizar-se por ter dito.

A pressuposição torna-se, então, uma saída para o locutor, que pode expressar sua mensagem à margem do discurso, protegendo-se de eventuais contestações. Dessa forma, a pressuposição pode aparecer como um recurso argumentativo, pois proporciona ao locutor a possibilidade de se retirar da sua fala, ou seja, quando o locutor veicula uma informação em forma de pressuposto a ele é dada a possibilidade de não assumir a responsabilidade pela informação pressuposta. Segundo Ducrot (1987), isto é possível porque, colocando a informação em forma de pressuposto

o locutor não pode ser atacado, pois a sequência do diálogo não deveria se referir à pressuposição, mas ao conteúdo declarado.

Se uma frase pressupõe X, e um enunciado dessa frase é utilizado em um encadeamento discursivo, por exemplo, quando se argumenta a partir dele, encadeia-se com o que é posto e não com o que é pressuposto (DUCROT, 1987, p.37).

Dessa forma, segundo Ducrot (1987), quando o pressuposto é usado para fins de argumentação, orienta a interação verbal e faz com que o interlocutor aceite sem discutir a informação pressuposta. Mesmo que esta ainda não tenha sido introduzida anteriormente no discurso, é preciso que o interlocutor aceite a informação pressuposta e a incorpore a seu universo de conhecimentos.

No entanto, sabemos que esta afirmação pode não se aplicar em casos reais de comunicação, pois o interlocutor pode sim negar o pressuposto caso julgue que ele não seja verdadeiro, e colocá-lo em discussão se achar necessário. Por exemplo, se A pergunta a B se os seus namorados têm ciúmes de sua atividade artística, e B não tem nenhum namorado, então B pode simplesmente responder: Eu não tenho namorado.

Além disso, pelo seu caráter informativo, quando veicula uma informação nova, a pressuposição apresenta valor argumentativo, e se destaca por veicular, ao mesmo tempo, uma informação que deve ser compartilhada e um ponto de vista. Considerando o modelo de semântica argumentativa proposto por Ducrot, a argumentatividade está inscrita na língua, pois quando as pessoas usam a linguagem não falam sobre o mundo, mas sim para construir o mundo, e a partir dele buscam convencer o interlocutor de sua verdade.

Os estudos sobre a argumentação direcionam a interpretação das sentenças para observação de pontos de vista diferentes. Estes pontos de vista foram chamados por Ducrot de enunciadores. Não usaremos essa teoria ducrotiana para as análises, no entanto acreditamos que é importante apresentar, por meio de exemplos, essa maneira de tratar os pressupostos, já que esta constitui uma pesquisa relevante sobre informações implícitas e seu caráter argumentativo.

Nesta ótica, um enunciado pode trazer várias vozes construindo e direcionando o sentido: é a chamada *polifonia*. Esta abordagem, ligada à argumentação, tem uma maneira particular de analisar a pressuposição, pois nela o que é tratado como *posto* e *pressuposto*, passa a ser observado como vozes diferentes no discurso.

Essas vozes são os enunciadores que dialogam e produzem o sentido dos enunciados enquanto direcionam as conclusões do leitor, interlocutor, o que caracteriza a argumentação.

Retomaremos abaixo o exemplo (1):

(1) *O marido de Clarice parou de beber.*

(Enunciador 1) *O marido de Clarice bebia.*

(Enunciador 2) *O marido de Clarice não bebe mais.*

Numa análise polifônica, ao invés de nomearmos as inferências como: pressuposto, *O marido de Clarice bebia*, e posto, *O marido de Clarice não bebe mais*, buscamos identificar as vozes que podem ser percebidas no enunciado. Assim, dizemos que há um enunciador (E1) que afirma que o marido de Clarice bebia, este é responsável pelo conteúdo pressuposto, e outro enunciador (E2), representante do conteúdo declarado, que afirma que ele não bebe mais. Dessa forma, apontando a presença de vozes no discurso, o locutor pode direcionar o entendimento do interlocutor sobre o que coloca no enunciado, eximindo-se da responsabilidade sobre o que está implícito, e assumindo apenas o que é dito pelo Enunciador 2, o conteúdo declarado na sentença.

Para conferir ao pressuposto o valor de um argumento no discurso, devemos considerar que o locutor, ao veicular uma informação à margem do enunciado, como faz com uma informação pressuposta, transmite além da informação implícita que deve ser compartilhada, um ponto de vista a ser aceito.

O exemplo que segue, (44), faz referência ao programa do Governo Federal *Mais Médicos*, que faz parte de uma proposta de melhoria do atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde, e prevê mais investimentos na infraestrutura de hospitais, e a contratação de mais médicos para as regiões com escassez desses profissionais. Esse programa, em execução neste momento no Brasil, contratou médicos cubanos que, por uma questão governamental de seu país, não recebem todo o dinheiro pago pelo governo brasileiro, R\$ 10.000,00 ao mês, sendo uma parte de seu salário destinada ao governo de Cuba. Vamos ao exemplo.

(44) *Cuba aumentará repasse aos médicos após pedido da presidente Dilma, afirma ministro.*

(44a) *Havia um repasse aos médicos.*

(44b) *A presidente Dilma pediu aumento do repasse aos médicos.*

(Enunciador1) *Cuba já faz repasse aos médicos.*

(Enunciador 2) *A presidente Dilma pediu aumento do repasse aos médicos.*

(Enunciador 3) *Cuba aumentará repasse aos médicos.*

(Enunciador 4) *O ministro afirmou que Cuba aumentará repasse aos médicos após pedido da presidente Dilma.*

Considerando o enunciado (44), percebemos a presença de duas informações pressupostas. A primeira (44a), ativada pelo verbo *aumentará*, veicula a informação de que *Cuba já faz repasse aos médicos*, já que entendemos que só é possível aumentar o repasse de salário dos médicos porque essa ação já acontece. Esse pressuposto pode ser considerado argumentativo, pois ativa o conhecimento compartilhado sobre o tema, e leva o interlocutor a refletir sobre valores pagos pelo Brasil ao país de origem dos médicos e a quantia que de fato eles recebem. Além disso, pode ser considerado como informativo, pois caso o interlocutor desconheça que o repasse do salário dos médicos cubanos que trabalham no Brasil é feito pelo seu país de origem, este poderá acomodar essa informação pressuposta ao conhecimento compartilhado e, assim habilitar o entendimento das outras informações contidas na sentença. Esta reflexão é de responsabilidade do (E1).

Em (44b), o pressuposto, ativado pela expressão *após*, também pode conduzir à reflexão sobre as informações compartilhadas, e levar o interlocutor a fazer conclusões sobre os repasses atuais feitos por Cuba aos seus médicos atuantes no Brasil e que levaram a presidente a fazer esse pedido. Essa informação é de responsabilidade do (E2). Temos ainda, no nível implícito da sentença que *a presidente Dilma pediu a Cuba que aumentasse o repasse aos médicos* participantes do programa Mais Médicos e nada disso é assumido pelo locutor, que ainda toma o cuidado de usar em (E4), uma nova voz, que o destitui completamente da responsabilidade das informações pressupostas, pois utiliza o verbo *afirmou*, característico por bloquear conteúdos pressupostos, e muito comum nos textos de notícias jornalísticas. Este último recurso também exhibe uma estratégia argumentativa, pois permite que o locutor recuse a responsabilidade pelo que foi dito através dos conteúdos pressupostos e até mesmo pelo conteúdo declarado, passando essa responsabilidade a outro personagem do discurso, no caso em análise, o Ministro da Saúde em 2013, Arthur Chioro.

Assim, podemos dizer que uma pressuposição constitui um recurso argumentativo quando o locutor orienta a interação verbal e leva seu interlocutor a aceitar, sem discutir, a informação expressa em forma de pressuposto, e ainda a incorporá-la a seu conhecimento compartilhado. Isto é, devemos entender que a argumentatividade da informação pressuposta decorre não porque ela é compartilhada, mas sim porque seu conteúdo é colocado como devendo ser compartilhado.

Na seção seguinte, apresentaremos como a análise das informações pressupostas, novas ou compartilhadas, pode ser mais eficiente quando considerado o contexto. Isto é, chegaremos finalmente a uma análise da pressuposição que considera como os pressupostos podem avançar junto ao desenvolvimento do texto, observando como se dá o movimento das informações contextuais e como o pressuposto contribui para o potencial de atualização das informações compartilhadas.

2.4. Pressuposição e atualização de contexto

Considerar a pressuposição como o conjunto de informações compartilhadas permite que se vá além do limite da sentença (mesmo que seja uma sentença mais complexa, como um período composto). Supondo que a pressuposição seja um conjunto de informações compartilhadas que são acionadas na interpretação, podemos tentar descrever o modo como o fluxo do discurso altera esse conjunto compartilhado. Assim como pode a pressuposição projetar-se dentro dos períodos, das sentenças simples às sentenças complexas, pode ir bem mais longe, contribuindo para a conexão das informações dentro do texto, à medida que indica as possibilidades de atualização do estado de informações do falante.

Esta abordagem da pressuposição, que defendemos nesta pesquisa e a qual utilizaremos na análise, leva em conta o acréscimo de novas informações ao discurso, e em que condições essas informações são acrescentadas ao conhecimento compartilhado entre os interlocutores. Por isso, consideraremos uma visão semântica do pressuposto a que Dascal (1982), comentando a proposta de Stalnaker, chamou de *Semântica ampliada*:

Uma semântica assim ampliada investigaria, não mais as relações entre sentenças e, digamos, suas referências, mas sim as relações entre

pares ordenados < sentença, contexto de enunciação > e suas referências. (...) Os diversos aspectos do contexto poderiam também ser explicitados, dentro do mesmo programa de ampliação semântica, de modo a substituir o par ordenado acima mencionado, por uma n-tupla ordenada do tipo <locutor, interlocutor, instante da enunciação, local da enunciação, ..., sentença >. (DASCAL, 1982, p.13)

Nesta visão *ampliada* da pressuposição, as informações representam um conjunto de contextos e, quando uma nova sentença é enunciada, este conjunto de contextos pode ser alterado, pois a nova sentença, ao acrescentar informações ao conhecimento compartilhado entre os interlocutores, elimina os contextos anteriormente aceitos que são incompatíveis com a informação nova. Isto é, na atualização de contextos, as sentenças agem sobre as situações, conjunto de informações compartilhadas, como se fossem peneiras, permitindo que algumas pressuposições se mantenham, ao mesmo tempo em que excluem outras. As pressuposições que continuam são as situações em que as sentenças podem ser consideradas verdadeiras.

Para uma abordagem dinâmica da pressuposição, o que está no centro do estudo é a atualização do conjunto de informações compartilhadas. Importa, como já dissemos, avaliar como uma sentença simples pode mudar um contexto dado, e também de que maneira as sentenças complexas podem fazê-lo. Para compreendermos melhor a dinâmica da pressuposição na atualização do contexto, vejamos um exemplo:

(45)

A – *Você soube que Joaquim ficou rico?*

B – *Sim, no último sorteio da mega-sena ele foi sorteado, Joaquim está muito rico.*

A – *Pois é, ganhou sozinho.*

B – *Desde que ficou rico, não consegue mais ficar comendo picadinho no Bar do Elias no Mercado da Torre.*

O que podemos constatar nesse exemplo é que a pressuposição é alterada durante a conversação. Inicialmente, **A** pressupõe que *Joaquim não era rico*. Essa informação pressuposta fazia parte do conhecimento compartilhado dos falantes. Quando **B** dá sua resposta, aparece um novo contexto, que surge a partir de uma pressuposição nova, nesse caso a pressuposição se atualiza passando a ser *Joaquim está rico* ou *Joaquim é rico*. A dinâmica da conversação faz com que o posto seja

incorporado ao conhecimento compartilhado o que o transforma em pressuposto, pois passa a ser aceito como válido pelos falantes, como aconteceu na segunda fala de **B**.

É claro que, na realidade textual nem sempre a atualização de contextos levará à modificação, ou eliminação do pressuposto, pois em muitos casos a pressuposição se mantém, mesmo quando ocorre atualização. A atualização do contexto envolve informações compartilhadas que podem ser modificadas tanto pelo componente semântico, quanto pelo componente pragmático. Por isso ambos devem ser levados em conta quando se deseja interpretar uma sentença.

Tentaremos, em seguida, ilustrar essa possibilidade de atualização do conhecimento compartilhado e manutenção do pressuposto inicial.

(46)

A – Lamento não ter encontrado Joaquim depois que ele ganhou na mega-sena.

B – Pois é, ele também estava me devendo um dinheiro.

A – Soube que não mora mais em Tejucupapo, mudou-se para Recife.

No diálogo apresentado em (46), podemos notar que, com a primeira sentença dita por **A**, os envolvidos no discurso assumem como conhecimento compartilhado, ou seja, assumem como verdade, dois pressupostos iniciais. Primeiro, que *A não encontrou Joaquim depois que Joaquim ganhou na mega-sena*, e o segundo que *Joaquim ganhou na mega-sena*. Vamos considerar esses dois pressupostos iniciais como fazendo parte de um contexto em que **A** e **B** conhecem *Joaquim* e assumem essas duas verdades. Na sequência do diálogo **B** acrescenta que *Joaquim* lhe devia alguma coisa, dinheiro talvez, e ativa o pressuposto *Joaquim devia também para A*. Esse novo pressuposto atualiza o contexto conversacional, promovendo uma informação nova, e esta nova informação, que é aceita como verdade pelos falantes, passa a fazer parte do conhecimento compartilhado. Agora, é parte do conhecimento compartilhado entre os interlocutores que *Joaquim* devia tanto para **A** quanto para **B**. Em sua última fala **A** traz um novo posto ao diálogo, *Joaquim agora mora em Recife*, e ativa, através da expressão *não mora mais*, o pressuposto *Joaquim morava em Tejucupapo*. Tanto as informações novas, quanto os pressupostos que elas ativam, em nada modificam os pressupostos iniciais *A não encontrou Joaquim depois que Joaquim ganhou na mega-sena*, e

Joaquim ganhou na mega-sena. Temos em (46) um exemplo de manutenção de pressuposição inicial, mesmo com atualização de contexto.

Assim, informações acrescentadas ao texto permitem algumas interpretações, ao mesmo tempo em que eliminam outras, e a abordagem dinâmica do contexto possibilita uma análise desse processo. No percurso de uma construção textual, as informações vão aparecendo de forma sequencial e o contexto que se apresenta inicialmente é atualizado, podendo tanto se manter quanto ser cancelado para dar lugar a um novo contexto.

A asserção, isto é, atualização do contexto mediante uma sentença, toma o lugar do conteúdo, no centro da semântica composicional. Parte-se do modo como as sentenças simples podem mudar um contexto dado. Depois, nos termos disso, define-se o modo como podem fazê-lo as sentenças complexas (construídas com conectivos, operadores, encaixamentos etc.) (CHIERCHIA, 2003, p.578).

Temos apresentado, nesta seção, a pressuposição como elemento dependente de contexto e vinculada ao conhecimento compartilhado dos interlocutores. Nessa perspectiva faz-se necessário esclarecer o que seria o conhecimento compartilhado para a dinâmica textual. Para esse esclarecimento, consideraremos o que apresentou Moura (1999) sobre a definição apresentada por McCawley (1993, ver também STALNAKER, 1978). Consideraremos, então, que o conhecimento compartilhado é um conjunto de proposições assumidas pelos participantes do discurso como verdadeiras, em um determinado ponto do discurso.

Se o termo **contexto** tem o significado técnico de “o conjunto de proposições dadas como certas pelos participantes de um discurso em um dado ponto do discurso,” uma sentença A será aceitável em relação a um contexto X se, e apenas se, X acarretar todas as proposições que têm de ser dadas como certas para que seja normal enunciar A.¹⁰ (Tradução nossa) (MCCAWLEY, 1993, p.350).

Tomando por base essa definição de McCawley (1993), podemos entender o conhecimento compartilhado como um conjunto de proposições que os

¹⁰ With the term **context** having the technical meaning of “the set of propositions taken for granted by the participants in a discourse at a given point in the discourse,” a sentence A will be acceptable relative to a context X if and only X entails all propositions that must be taken for granted for it to be normal to utter A. (MCCAWLEY, 1993, p.350).

interlocutores assumem como mutuamente aceitas, e a partir dessas proposições aceitas inicialmente é que novas proposições podem ser incorporadas ao conjunto na proporção em que o texto avança. Esse comportamento do contexto que avança podendo ser alterado pelo processo da conversação é dinâmico e por isso mesmo atrelado ao conhecimento compartilhado. Dessa forma, poderíamos dizer que, ao enunciar (47), estaríamos assumindo que os interlocutores aceitam a verdade das proposições (47a) e (47b).

(47) *Zeca deixou de beber.*

(47a) *Existe alguém conhecido por Zeca.*

(47b) *Zeca bebia.*

O que podemos perceber em (47) é que (47a) e (47b) são proposições que fazem parte do conhecimento compartilhado e, dentro desse conhecimento, aceitas como verdade pelos interlocutores. A partir dessas proposições, a conversação pode avançar dinamicamente e, ainda que as proposições (47a) e (47b) não fizessem parte do contexto, poderiam ser incorporadas pela dinâmica da conversação, como vimos na seção 2.2. Se, por exemplo, alguém dissesse uma sentença como (47) a uma pessoa que acabou de conhecer *Zeca*, essa pessoa, mesmo não tendo as informações (47a) e (47b) como conhecimento compartilhado, teria condições de acrescentá-las ao conhecimento compartilhado e adquirir novas informações que as confirmassem num possível prolongamento do contexto.

Moura (1999) alerta que nem sempre os pressupostos precisam ser introduzidos verbalmente. Eles podem estar presentes e ser introduzidos empiricamente, não necessitando ser ditos antes. Se ao entrar numa sala e vermos um brinquedo quebrado no chão, alguém pode dizer: *Foi Alice que quebrou o brinquedo*. E mesmo não sendo essa informação dita antes, a sentença pressupõe que *o brinquedo está quebrado*. Outros pressupostos, por apresentarem características muito gerais, dispensam uma conversação específica para que sejam aceitos. A sentença *A irmã de Claudio é muito bonita*, pressupõe que *Claudio tem uma irmã*, e isso é certamente uma informação que o interlocutor não precisava ter previamente estabelecida. Isto quer dizer que a existência de pressupostos gerais, ou não verbais, confirma a hipótese de que os pressupostos são informações que vão sendo construídas pelo fluxo conversacional e que formam o pano de fundo para a interação.

O que podemos confirmar é que essa é uma abordagem da pressuposição em que o objetivo, como já vimos, é a atualização de pressuposições comuns entre os interlocutores, na qual se podem excluir os contextos incompatíveis. Ou seja, quando uma informação nova é agregada à conversação, ela restringe o contexto a uma configuração, ao passo que exclui as proposições incompatíveis com a informação nova.

A abordagem dinâmica da pressuposição tem como foco a alteração do contexto, não apenas considerando que a interpretação depende do fundo comum, mas alertando para uma interpretação em que as informações pressupostas podem criar novos contextos. Assim, as observações relativas aos estados de informação estão voltadas para o potencial assertivo capaz de apontar as possibilidades de atualização, que permanecem abertas na dinâmica do discurso.

As informações do contexto dizem respeito ao momento da enunciação, e os estados de informação a que fazemos referência podem ser entendidos como um conjunto de situações possíveis e compatíveis com o contexto. Cada uma das muitas possibilidades de situação pode ser representada por uma condição diferente que seja possível no mundo real, de acordo com as informações que temos no contexto. E quando um estado de informação é atualizado por meio de uma sentença, as situações em que a informação é falsa são eliminadas, e permanecem apenas as situações em que a sentença seja verdadeira.

(48) A bola de futebol caiu no quintal de Carlos.

(48a) Existe uma bola de futebol.

(48b) Existe um quintal de Carlos.

(48c) Existe um indivíduo chamado Carlos.

(48d) Há uma bola de futebol no quintal de Carlos.

(49) A bola de futebol caiu no quintal de Carlos e ele a devolveu ao menino.

Os exemplos acima visam ilustrar como os estados de informação podem ser atualizados e eliminar situações em que as informações deixam de ser verdadeiras. Em (48) os pressupostos aparecem como informações possíveis no contexto dado. O que temos em (48a)-(48d) são estados de informação que fazem parte das situações compatíveis com o contexto de (48), são asserções aceitas no conhecimento compartilhado e necessárias para a compreensão da sentença (48). Com a alteração da

sentença em (49), o contexto se atualiza e nem todos os pressupostos se mantêm como informações possíveis. Podemos notar que o estado informacional de (48d) foi eliminado pela atualização do contexto, à medida que um novo pressuposto apareceu, agora o que há de novo é a pressuposição *não há mais uma bola no quintal de Carlos*, ou *Carlos retirou a bola de futebol do seu quintal*.

Os exemplos (48) e (49) servem também para reforçarmos o conceito de pressuposição dinâmica em nossa discussão. Como já dissemos no início desta seção, é esse o conceito, ou aplicação que buscamos na nossa pesquisa. A pressuposição, no sentido dinâmico, é a aceitação do que se pressupõe como verdade, é também supor que outros envolvidos no contexto compartilhado também aceitam a verdade do que está pressuposto.

Stalnaker (1972) alertava para esse potencial assertivo das pressuposições e apontava que:

Alguém tem pressuposições em virtude das asserções que faz, das perguntas que faz, das ordens que emite. As pressuposições são proposições implicitamente supostas antes que o empreendimento linguístico relevante se efetue”. (STALNAKER, 1972, p.70).

As pressuposições formam um conjunto de estados de informação que vai determinar quais são as informações (asserções) que podem ser aceitas num dado contexto, e ainda apontar as asserções que têm potencial para continuar aceitas numa nova situação, isto é, num contexto em que a pressuposição inicial seja atualizada.

A pressuposição estabelece limites para a situação linguística, sendo necessária ao conhecimento comum dos interlocutores para que se estabeleça de maneira eficaz a comunicação. Compartilhando da opinião de Stalnaker (1972 [1982]), as pressuposições são, talvez, o constituinte mais importante de um contexto, pois essas informações, compartilhadas pelos interlocutores numa situação linguística, desempenham o papel de relacionar as sentenças às proposições, e as asserções aos contextos.

CAPÍTULO III

3 A PRESSUPOSIÇÃO EM TEXTOS JORNALÍSTICOS

Faremos neste capítulo uma breve introdução sobre o texto jornalístico, seu papel informativo e o uso dos implícitos, em especial da pressuposição, como recurso textual desse gênero. Este procedimento, de caráter apenas informativo, visa colocar o leitor a par das características do gênero textual a ser analisado de forma a justificar nossa escolha do corpus e preparar o caminho para a aplicação da análise, que constituirá o fechamento desse capítulo e da pesquisa.

Para exercer seu papel, e cumprir o objetivo de informar, os responsáveis pela criação de textos jornalísticos, assim como locutores em situações formais de destaque e responsabilidade social, têm a necessidade de utilizar os implícitos a fim de garantir a neutralidade das informações, especialmente sobre temas polêmicos. Esse característico cuidado com as informações ditas deve-se ao compromisso do jornalismo em deslocar a ênfase para os conteúdos, para o que está sendo informado, evitando posicionar-se, ou esboçar juízo de valor em relação aos fatos que estão sendo passados como notícia.

Para Laje (1993a), a notícia é um produto industrial e, portanto, objetiva. Mas acrescenta que é necessário considerar dois momentos distintos na sua criação: o da seleção, no qual a ideologia atua, e o da redação, momento que exige do jornalista objetividade.

De qualquer maneira, existe sempre alguma interpretação nas reportagens. O importante é que se respeitem os fatos, dos quais não se pode discordar, e se dê ao leitor, com humildade, o direito de avaliá-los segundo seu próprio repertório, seus valores (LAGE, 1993a, p. 48).

Como se vê, o autor não descarta a existência de uma interpretação, mas propõe que fatos e interpretação existam de forma independente, o que caracteriza o papel do jornalista de respeitar os fatos mantendo a objetividade, apesar de sua inevitável interpretação.

Por outro lado, o postulado de Ducrot afirma que a linguagem não possui uma parte objetiva, pois é por natureza subjetiva, e todas as informações veiculadas pela linguagem são carregadas de intenções, ou seja, as palavras ditas ou escritas carregam consigo a opinião de quem as utiliza para se comunicar.

No entanto, como coloca Laje (1993a), ao texto jornalístico cabe a tarefa de transmitir informações, de maneira imparcial, focando nos fatos, e procurando não demonstrar opiniões. No cumprimento desse objetivo, que lhe é primordial, especialmente quando trata de temas polêmicos, o texto jornalístico, por vezes, utiliza recursos linguísticos para passar ao leitor algumas informações nas entrelinhas. Esse recurso, com propriedade tratado por Ducrot (1977), possibilita ao locutor, por meio do uso dos implícitos, poder dizer o que pretende, mas como se não tivesse dito:

...há temas, para cada locutor, em cada situação particular, diferentes tipos de informação que ele não tem o direito de dar, não porque elas sejam por si mesmas objeto de alguma proibição, mas porque o ato de dá-las constituiria uma atitude considerada repreensível. (DUCROT, 1977, p.13)

Muitas vezes há a necessidade de dizer coisas que podem comprometer, por isso torna-se necessário ter à disposição modos implícitos de expressão, que permitam deixar entender sem que isso resulte na responsabilidade de ter dito. Para atingir a esse propósito a pressuposição aparece como recurso argumentativo a ser usado pelos interlocutores, pois oferece a possibilidade de não comprometimento com o que é dito nas entrelinhas. Isso só seria possível, no universo da comunicação, inclusive na comunicação jornalística, porque, ao colocar a informação pressuposta à margem do discurso, o locutor passa a dispor da vantagem de não poder ser atacado por isso, já que a progressão do diálogo deve referir-se ao que está explícito, e não à margem.

Para ilustrar esse comportamento da pressuposição no texto jornalístico, vamos analisar o seguinte exemplo:

(50) Ministério público do DF cobra fim de regalias para presos do mensalão.

(50a) pp. Há regalias para presos do mensalão.

Em (50)¹¹, temos o conteúdo pressuposto (50a), que é acionado pela expressão *cobra fim de*. Podemos dizer que esse pressuposto remete à informação de que existem regalias para os presos, caso contrário, não faria sentido cobrar pelo fim delas, pois sabemos que só é possível finalizar algo que esteja ocorrendo. Mas o interessante aqui, mais do que identificar o pressuposto e seu acionador, é refletir sobre os motivos que levam os produtores de textos jornalísticos a utilizar o pressuposto para veicular essa informação. Já dissemos que o pressuposto possibilita ao locutor o direito de isentar-se do que está à margem do discurso, pois bem, parece-nos que esse é o motivo da escolha. Procedendo a informação de que *há regalias para os presos do mensalão* em forma de pressuposto, o locutor compartilha a responsabilidade dessa informação com o interlocutor, no momento em que a coloca como conhecimento aceito e compartilhado pelas pessoas do discurso. Dessa forma, a informação veiculada em forma de pressuposição, já não é mais do “eu” locutor, mas do “nós” pessoas envolvidas no discurso, aqui jornalista e leitor. Agindo dessa forma, o conteúdo veiculado torna-se incontestável, o que pode constituir uma estratégia argumentativa do texto (ver DUCROT, 1987, p.20).

A pressuposição, então, parece ser uma boa opção para informar usando as entrelinhas, pois as informações pressupostas, mesmo linguisticamente marcadas, possibilitam dizer indiretamente o que se quer dizer, mas não se pode, ou não se deve, dizer explicitamente.

Além disso, as informações colocadas no nível do implícito colaboram para o encadeamento das ideias e ativam um universo de informações não ditas, mas sabidas dos interlocutores, que podem ser resgatadas do conhecimento compartilhado através dos pressupostos. Dessa forma, pode a utilização de informações implícitas permitir, numa perspectiva de pressuposição dinâmica, a atualização, a alteração e até mesmo o cancelamento de contextos, como veremos na análise feita no final desse capítulo.

A seção seguinte apresenta o texto jornalístico enquanto gênero textual e destaca suas características mais significativas.

¹¹ Manchete do jornal Folha de São Paulo, disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/02/1417931-ministerio-publico-do-df-cobra-fim-de-regalias-para-mensaleiros-presos.shtml>, acesso em 10/03/2014.

3.1 Sobre o texto jornalístico

“Os meios de comunicação de massa dirigem a opinião pública, formam as mentalidades e criam novos conceitos” (CARVALHO, 1983, p.17). O jornal, incluído nos meios de comunicação considerados de massa, possui uma linguagem responsável, em grande parte, pela capacidade de influir junto ao público. Uma informação divulgada faz com que os leitores tomem posição, dependendo de como a informação foi veiculada.

Considerando que a necessidade de comunicar-se – informando e se informando – sempre existiu no homem, podemos dizer que não há sociedade sem informação e esta é dada através da linguagem. Partindo dessa premissa, somos levados a considerar a importância da linguagem jornalística para a sociedade, pois esta é formadora da opinião pública e alicerça a realidade social através da informação veiculada.

O texto jornalístico tem como função principal e razão de ser a informatividade, mas consequentemente agrega também a função política, econômica e educativa. Além de transmitir a informação, busca levar o leitor a agir e reagir por meio de uma linguagem com mensagens elaboradas, por vezes rígidas e condensadas, e sempre carregadas de finalidades e ricas de informações explícitas e implícitas.

Segundo Lage (2001, p.39), a linguagem jornalística é, por definição, referencial, isto é, fala de algo no mundo, exterior ao emissor, ao receptor e ao processo de comunicação em si. Isto impõe o uso quase obrigatório da terceira pessoa. É claro que existem exceções como reportagens que dão testemunho, algumas crônicas, editoriais, podem não seguir esse padrão.

Dentro desse universo da linguagem jornalística, a notícia é a base da linguagem dos meios de comunicação. É em torno dela que giram artigos, reportagens, crônicas e comentários. Por isso, a linguagem na notícia jornalística procura utilizar-se de dados que permitam ao leitor fazer sua própria avaliação, assim, o jornalista deve limitar-se a contar o episódio sem usar adjetivos testemunhais ou aferições subjetivas que podem gerar diferentes interpretações, de acordo com os valores, padrões e sensibilidade de quem fala.

Segundo Lage (2001), tendo um compromisso ideológico, esse tipo de texto procura um equilíbrio entre a linguagem coloquial e o registro formal, de forma que o texto possa tanto ser compreendido pelos que adotam a linguagem coloquial como

aceito pelo registro formal. Dessa forma, o texto jornalístico resulta em um processo de comunicação em que prevalece a busca por enunciados mais referenciais e concretos, norteados por compromissos ideológicos.

A conciliação entre esses dois interesses – de uma comunicação eficiente e de aceitação social – resulta na restrição fundamental a que está sujeita a linguagem jornalística: ela é basicamente construída de palavras, expressões e regras combinatórias que são possíveis no registro coloquial e aceitas no registro formal. (LAGE, 2001, p.38)

Essa conciliação é tão eficiente, que pode ser aplicada em qualquer época ou região e, ainda permite a adaptação da linguagem às mudanças que a língua sofre.

Não se pode desconsiderar, no entanto, que a linguagem reflete a sociedade e que as grandes e pequenas questões ideológicas estão presentes na linguagem jornalística, já que o jornalismo é feito dentro de uma sociedade e num determinado tempo histórico. Em consonância com as ideias de Laje (1993a), Charaudeau (2012) afirma que:

... a informação é pura enunciação. Ela constrói saber e, como todo saber depende ao mesmo tempo do campo de conhecimentos que o circunscreve, da situação de enunciação na qual se insere e do dispositivo no qual é posta em funcionamento (CHARAUDEAU, 2012, p.36).

Por isso, também estão presentes nos textos jornalísticos compromissos ideológicos, uma vez que não se faz jornalismo fora da sociedade e do tempo histórico.

Abordando todo tipo de tema, desde o esporte até a política, é possível notar a busca de uma expressão mais límpida e precisa da linguagem. É em busca dessa precisão e limpidez que a notícia sofre um tratamento antes de chegar ao receptor. Assim, entre a ocorrência de um fato relevante, o acontecimento “objetivo”, e sua apresentação para o público surgem diversas formas de intervenção que alteram sensivelmente o caráter e, principalmente, o efeito dessas notícias.

Não é, porém, o caso de dizer que o discurso midiático constrói um espaço social deformado, ou mascarado pelo discurso. O que se pode dizer é que o espaço social é uma realidade, mas uma realidade não homogênea e que depende do olhar lançado pelos diferentes atores sociais, por meio dos discursos que produzem, para sua significação.

Para que um acontecimento exista é necessário nomeá-lo, e para isso é necessário inseri-lo num discurso de inteligibilidade do mundo e estes apontam para sistemas de valores que por sua vez caracterizam os grupos sociais. Charaudeau (2012, p.131) apresenta um exemplo bem claro desse processo, quando coloca que na realidade mortos são mortos, no entanto para que essas mortes signifiquem um genocídio, ou purificação étnica entre outras possibilidades de nomeação, é preciso que sejam inseridas em discursos de inteligibilidade, isto é, o simples ato de nomear os acontecimentos, já representaria sistemas de valores, ou características sociais.

Outra propriedade importante do texto jornalístico, e que justificaria sua presença nesta pesquisa, é que quando trata de assuntos polêmicos o texto jornalístico apresenta em sua linguagem uma imparcialidade que procura ocupar espaços e tenta passar alguma informação ao leitor nas entrelinhas.

Na próxima seção, faremos uma apresentação do corpus a ser analisado, esclarecendo os motivos que justificaram sua escolha e, situando o leitor no contexto das séries de textos escolhidas para análise. Faremos também uma descrição da metodologia a ser utilizada na análise dos textos.

3.2 Sobre o corpus

A aplicação da teoria até aqui exposta nesta pesquisa far-se-á através de um corpus composto de notícias retiradas dos sites *UOL Notícias* e *Folha de São Paulo*. A princípio, os textos foram escolhidos por semelhança de tema, uma série de notícias jornalísticas de conteúdo político, colhidas entre 26/08/2012 e 28/12/12, e outra série de notícias jornalísticas, dessa vez de conteúdo esportivo, colhidas entre 19/06/13 e 30/06/13. A escolha de textos jornalísticos de conteúdo diferenciado deve-se à possibilidade de encontrar conclusões diferentes dentro de um mesmo universo textual.

A série de notícias de cunho político versa sobre o escândalo do mensalão, um esquema montado para compra de votos de parlamentares durante o primeiro mandato do governo do então presidente Luís Inácio Lula da Silva, do PT - Partido dos Trabalhadores.

De acordo com denúncia do Deputado Roberto Jefferson, os aliados recebiam mesada para votar segundo orientações do governo. Membros de diversos partidos da base aliada, na época, foram acusados de ser *mensaleiros*, um termo que

configuraria a ação de receber mensalmente para votar a favor do governo, e que foi atribuído aos políticos acusados de tal ação.

Além da compra de votos, também havia a denúncia de suborno por meio de cargos públicos, o que envolveu no escândalo, também, o ministro da casa civil, que seria o chefe do esquema. Também aconteceram denúncias contra o tesoureiro do PT e contra o empresário que mantinha contrato de publicidade com órgãos do governo. Segundo as acusações, o PT pagava os mensaleiros e saldava dívidas de campanha eleitoral. Houve ainda denúncias de empréstimos, feitos a empresas e bancos, que nunca foram pagos.

Muitos nomes importantes relacionados ao governo da época foram envolvidos nas denúncias e, embora não houvesse provas concretas sobre o esquema de corrupção, todos foram afastados de seus cargos. O então presidente da república negou que conhecesse o mensalão e, em nenhum momento, foi envolvido, ou acusado de participar ou conhecer o esquema.

Dois anos depois de ser denunciado o esquema, em 2007, o Supremo Tribunal Federal (STF) abriu processo contra os acusados, acatando assim a denúncia da Procuradoria Geral da República e iniciando um longo caminho até o julgamento do mensalão, que aconteceria em 2012. Este foi o processo mais longo do STF, e levou à condenação 25 dos 38 réus, por envolvimento na compra de apoio político no congresso, entre os anos de 2003 e 2005.

A série de notícias de cunho esportivo versa sobre os acontecimentos que envolveram a Copa das Confederações FIFA, no Brasil, em 2013. O torneio organizado pela FIFA envolve seleções nacionais, e todos os países participantes já são campeões em seus continentes.

A Copa das Confederações é considerada uma prévia da Copa do Mundo de Futebol, pois antecipa o torneio mundial e proporciona ao país sede a possibilidade de demonstrar seu potencial como anfitrião e disputar jogos com seleções nacionais, já que o país sede da Copa do Mundo de Futebol não disputa torneios de classificação.

Durante a realização da Copa das Confederações FIFA, o Brasil viveu dias de protestos. Motivados pela revolta contra os grandes investimentos para o evento, brasileiros foram às ruas e às portas dos grandiosos estádios de futebol construídos, ou reformados para o evento, reclamar direitos básicos como saúde, transporte e educação de qualidade, ou *padrão FIFA*, como gritavam muitos cartazes.

Esse clima de protestos envolveu todo o país, mas não impediu o andamento do torneio de futebol, que aconteceu paralelamente aos protestos, tendo as arquibancadas dos estádios como uma extensão da voz das ruas por meio de cartazes e atitudes de apoio às solicitações dos brasileiros. Por vezes, serão notadas referências a esses protestos nas notícias analisadas, por isso justificamos a necessidade do esclarecimento dado aqui.

A escolha do texto jornalístico se deu, principalmente, pelo desejo de demonstrar o comportamento do fenômeno linguístico da pressuposição dinâmica em uma situação de uso, e as notícias jornalísticas ocupam um importante lugar na comunicação verbal contemporânea. Quanto à escolha do veículo, jornal on-line, esta se justifica pelo grande alcance popular, fomentado pela facilidade de acesso à internet.

Na seção a seguir, iniciaremos a análise dinâmica da pressuposição, quando enfim, aplicaremos uma análise *ampliada* das informações pressupostas, que propõe considerar além dos acionadores e mecanismos de projeção, o contexto e o conhecimento compartilhado.

3.3 Análise

Apresentaremos na análise dois textos de cada série, compondo um total de quatro textos, escolhidos após uma leitura de investigação em busca dos fenômenos da pressuposição dinâmica. Para a seleção dos textos, realizamos uma busca dos exemplares que ofereciam um número razoável de estruturas semânticas que introduzissem pressuposições, possibilitando assim o trabalho de análise e demonstração das teorias propostas, ou seja, selecionamos exemplares que demonstrassem a possibilidade de analisar a pressuposição sendo projetada e avançando dinamicamente no texto.

Procedemos à análise partindo da busca pela pressuposição das sentenças simples, destacando as palavras ou estruturas que ativam os pressupostos. Em seguida, consideramos se ocorre nos textos a projeção de sentenças encaixadas. A partir daí, avançamos para análise da atualização de contextos, pontuando a presença ou não desses fenômenos, e chegando, quando o texto permitir, à pressuposição dinâmica.

3.3.1 Análise de notícias sobre o mensalão

As duas notícias a serem analisadas neste tópico foram coletadas da série sobre o escândalo do mensalão, explicitada anteriormente. Não apresentamos os textos na íntegra, no capítulo de análise, por serem muito longos, assim, fizemos recortes privilegiando as passagens a serem abordadas na análise e disponibilizamos a versão original nos anexos. A princípio, coletamos um total de 10 notícias e procedemos a uma leitura de investigação em busca de textos que servissem ao nosso propósito de uma análise dinâmica da pressuposição. Assim, observando a ocorrência da pressuposição nos textos, enfim, chegamos à escolha de duas notícias a serem analisadas mais detalhadamente.

É importante dizer que, apesar da grande quantidade de notícias sobre o tema, tivemos dificuldade em localizar textos que atendessem nossas necessidades de análise, ou seja, que apresentassem pressuposições mantidas nas sentenças, ou com possibilidade de atualização, pois, em muitos casos, a ocorrência de expressões de bloqueio eliminava os pressupostos.

3.3.1.1 Texto1

Lula deu 'ok' a empréstimos do mensalão e recebeu de esquema, diz Valério.

Novas acusações fazem parte de depoimento prestado por empresário mineiro à Procuradoria-Geral da República em 24 de setembro, dias após ser condenado pelo STF.

O empresário Marcos Valério Fernandes de Souza disse no depoimento prestado em setembro à Procuradoria-Geral da República que o esquema do mensalão ajudou a bancar "despesas pessoais" de Luiz Inácio Lula da Silva. Em meio a uma série de acusações, também afirmou que o ex-presidente deu "ok", em reunião dentro do Palácio do Planalto, para os empréstimos bancários que viriam a irrigar os pagamentos de deputados da base aliada.

Valério ainda afirmou que Lula atuou a fim de obter dinheiro da Portugal Telecom para o PT. Disse que seus advogados são pagos pelo partido. (...) (...) Valério disse ter passado dinheiro para Lula arcar com "gastos pessoais" bem no início de 2003, quando o petista já havia assumido a Presidência. Os recursos foram depositados, segundo o empresário, na conta da empresa de segurança Caso, de propriedade do ex-assessor da Presidência Freud Godoy, uma espécie de "faz-tudo" de Lula. (...)

Segundo o depoimento de Valério, o dinheiro tinha Lula como destinatário. Não há detalhes sobre quais seriam os "gastos pessoais" do ex-presidente. Ainda segundo o depoimento de setembro, Lula deu o "ok" para que as empresas de Valério pegassem empréstimos com os bancos BMG e Rural.

Portugal Telecom. Em outro episódio avaliado pelo STF, Lula foi novamente colocado como protagonista por Valério. Segundo o empresário, o ex-presidente negociou com Miguel Horta, então presidente da Portugal Telecom, o repasse de recursos para o PT. Segundo Valério, Lula e o então ministro da Fazenda, Antonio Palocci, reuniram-se com Miguel Horta no Planalto e combinaram que uma fornecedora da Portugal Telecom em Macau, na China, transferiria R\$ 7 milhões para o PT. O dinheiro, conforme Valério, entrou pelas contas de publicitários que prestaram serviços para campanhas petistas.(...)

Acesso em: 11 de dezembro de 2012, disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,lula-deu-ok-a-emprestimos-do-mensalao-e-recebeu-de-esquema-diz-valerio-,971944,0.htm>.

- **Análise**

(51) *Novas acusações fazem parte de depoimento prestado por empresário mineiro à Procuradoria-Geral da República em 24 de setembro, dias após ser condenado pelo STF.*

(51a) *pp. Há acusações anteriores.*

(51b) *pp. O empresário mineiro foi condenado pelo STF.*

O pressuposto (51a), contido em (51), *lead*¹² da notícia em análise, é acionado pela expressão *novas acusações*, assim podemos inferir que se há novas acusações, é necessário que tenha havido outras acusações anteriores. Esse pressuposto é mantido ao longo do texto, sendo tomado como informação compartilhada para que se apresentem as informações novas, o posto da notícia. Em (51b), ainda temos um segundo pressuposto para (51), dessa vez acionado pela expressão temporal *após*, que aciona o pressuposto de que *o empresário mineiro foi condenado pelo STF*. Esse segundo pressuposto também é mantido como informação compartilhada no decorrer da notícia. Por meio desse pressuposto, o locutor inscreve uma informação não passível de contestação, pois compartilha com o interlocutor a responsabilidade de dizer que o empresário já havia feitos acusações antes de ser condenado.

Nas sentenças (52) e (53) a seguir, as expressões *‘também’* e *‘ainda’* acionam e confirmam o pressuposto contido em (51), pois ativam a ideia de outras acusações não mencionadas no texto, e intuitivamente acionadas como componentes do conhecimento compartilhado pelos interlocutores.

(52) *Em meio a uma série de acusações, **também** afirmou que o ex-presidente deu "ok", em reunião dentro do Palácio do Planalto, para os empréstimos bancários que viriam a irrigar os pagamentos de deputados da base aliada.*

(52a) *pp. Há outras acusações além do “ok” para os empréstimos bancários.*

(53) *Valério **ainda** afirmou que Lula atuou a fim de obter dinheiro da Portugal Telecom para o PT. Disse que seus advogados são pagos pelo partido.*

(53a) *pp. Valério fez outras afirmações sobre Lula.*

Essas informações pressupostas, veiculadas em (52a) e (53a) como conhecimento compartilhado pelos interlocutores, podem ser acrescidas às informações postas nas sentenças (52) e (53), promovendo assim a progressão textual e o

¹² “O lead é a abertura da matéria. Nos textos noticiosos, deve incluir, em duas ou três frases, as informações essenciais que transmitam ao leitor um resumo completo do fato”. (MARTINS, 2014)

encadeamento das ideias do texto. Notamos, no entanto, o cuidado na sequência da redação do texto em usar expressões de bloqueio – *afirmou* e *disse* – naturais e necessárias ao gênero jornalístico, pois elas, em muitos dos casos, irão anular as pressuposições, impedindo que se projetem.

Vale acrescentar aqui que, por diversas vezes, a análise desta pesquisa esteve ancorada no pressuposto contextual, dada a necessidade do gênero de salvaguardar-se de responsabilidades pelo dizer. Para Nascimento (2009), essa tentativa de isentar-se da responsabilidade de dizer, que acontece nas notícias, trata-se de uma estratégia argumentativa, entre tantas outras, que caracterizam o texto jornalístico.

Nos parágrafos finais do texto a pressuposição contida em (51) é confirmada, como podemos notar na sentença (54), a seguir.

(54) *Em outro episódio avaliado pelo STF, Lula foi **novamente** colocado como protagonista por Valério.*

(54a) *pp. Lula já foi colocado como protagonista por Valério.*

Na sentença (54) o pressuposto só será aceito como conhecimento compartilhado se mantido o pressuposto de que *há acusações anteriores* feitas por Valério ao ex-presidente Lula. A partir desse contexto, é que se pode entender que alguém foi posto como protagonista das acusações, nesse caso o ex-presidente Lula, e que isso foi feito novamente, como é dado no pressuposto (54a). Seria interessante pontuar que a opção de colocar implicitamente o conteúdo de (54a) pode não ser inocente e objetiva, pelo contrário, pode constituir uma estratégia para incluir uma informação passível de polêmica e contestação de forma que essa não possa ser contestada. O pressuposto, então, presta-se ao papel de colocar a informação de forma que essa não possa, ou não deva ser o alvo da discussão, mas aceita e acrescentada às informações declaradas.

O **Texto 1**, apesar da presença de bloqueios, comuns à notícia jornalística, consegue manter o pressuposto inicial por meio do background, mas não apresenta a projeção de sentenças encaixadas nem dinâmica de atualização de contexto. O pressuposto inicial se mantém, pois é a informação ‘velha’, o fato comprovado, necessário à compreensão de uma informação nova.

Para Bezerra (2004, p.54), a informação veiculada como pressuposto “*não é apenas determinada pela ativação feita através de uma marca linguística, mas também de um repertório de informações necessárias à compreensão de uma informação nova*”. Parece haver um esforço para manter a seriedade do gênero e do assunto tratado, assim, o texto conserva as informações iniciais, desenvolvendo-as sem negar ou contradizer o pressuposto inicial, mas garantindo o não comprometimento com os fatos dados como notícia por meio de expressões, como os *verbos de dizer*, que funcionam como *bloqueio*.

O quadro a seguir ilustra a relação entre o pressuposto inicial e as sentenças que o confirmam, além disso, mostra os casos de bloqueio. Vemos que o pressuposto inicial é mantido ao longo da notícia, sendo, inclusive esclarecido pelas sentenças destacadas, no entanto, em alguns casos os bloqueios impedem a projeção e a dinâmica.

PRESSUPOSIÇÃO INICIAL	CONFIRMAÇÃO DO PRESSUSPOSTO INICIAL	ACIONADOR DE PRESSUPOSIÇÃO	BLOQUEIO
(51a) Há acusações anteriores.	(52) <i>Em meio a uma série de acusações, também afirmou que o ex-presidente deu "ok", em reunião dentro do Palácio do Planalto, para os empréstimos bancários que viriam a irrigar os pagamentos de deputados da base aliada.</i> (52a) pp. Há outras acusações além do “ok” para os empréstimos bancários.	Também – expressão modalizadora	Afirmou – verbo de dizer
	(53) <i>Valério ainda afirmou que Lula atuou a fim de obter dinheiro da Portugal Telecom para o PT. Disse que seus advogados são pagos pelo partido.</i> (53a) pp. Valério fez outras afirmações sobre Lula.	Ainda – expressão modalizadora	Afirmou / disse – verbos de dizer.
	(54) <i>Em outro episódio avaliado pelo STF, Lula foi novamente colocado como protagonista por Valério.</i> (54a) pp. Lula já foi colocado como protagonista por Valério.	Novamente – iterativo	–

Nascimento (2009, p.22) diz que o uso da impessoalidade é uma estratégia argumentativa do texto jornalístico, que pretende isentar de responsabilidades o locutor, e escondê-lo por trás da máscara de imparcialidade. Assim, as novas acusações são trazidas para o texto pela fala do outro, num processo de polifonia.

3.3.1.2 Texto 2

STF conclui julgamento do mensalão com **novo mal-estar** entre ministros.

Após 53 sessões, o STF (Supremo Tribunal Federal) encerrou nesta segunda-feira (17) o julgamento do mensalão em meio a um novo mal-estar entre o presidente do tribunal Joaquim Barbosa e o ministro Marco Aurélio Mello, além de deixar pendente uma definição sobre quando ocorrerá a prisão dos 25 condenados.

Barbosa fez um agradecimento a três auxiliares que atuaram no caso. O gesto irritou o ministro Marco Aurélio Mello que criticou a medida e abandonou o plenário. Ele argumentou que isso não era tradição da corte.

O relator do mensalão argumentou que o processo era inusitado e que gerou "traumas" e problemas de saúde nele e em seus colaboradores.

"A tradição desse tribunal é de não prestar exageradamente homenagem e tributos descabidos. Nos últimos anos, essa tradição foi sensivelmente alterada. Da minha parte, jamais se ouviu sair da minha boca esse tipo de consideração. Fazê-lo de maneira a quem conosco colabora não parece inapropriada", disse Barbosa.

(...) "Eu vejo ministros tecendo loas a figuras públicas e não públicas. Por que razão não podemos enaltecer os servidores ou colaboradores desse tribunal? Não vejo qualquer problema em promover o trabalho indispensável dos colaboradores que nós temos", completou Barbosa.

Em mais de quatro meses de julgamento, o Supremo definiu que houve desvio de recursos públicos do Banco do Brasil e da Câmara para financiar a compra de apoio político no Congresso no início do governo Lula (2003-2010).

Dos 37 réus, 25 foram condenados, entre eles, o ex-ministro José Dirceu, homem forte do governo Lula, e o empresário Marcos Valério, operador do esquema. (...)

Acesso em: 26 de dezembro de 2012, disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/1202654-stf-conclui-julgamento-do-mensalao-com-novo-mal-estar-entre-ministros.shtml>.

- **Análise**

(55) *STF conclui julgamento do mensalão com **novo** mal-estar entre ministros.*

(55a) *pp. Já havia mal-estar entre ministros.*

A sentença (55), título da notícia que compõe o segundo texto em análise nesse tópico, carrega o pressuposto de que *já havia mal-estar entre ministros*, o pressuposto (55a), acionado pela expressão iterativa, *novo*. Na sequência da análise feita neste texto notaremos que, ao longo da notícia analisada, esse pressuposto se mantém, e é esclarecido pelo redator.

(56) *Após 53 sessões, o STF (Supremo Tribunal Federal) encerrou nesta segunda-feira (17) o julgamento do mensalão em meio a um **novo** mal-estar entre o presidente do tribunal Joaquim Barbosa e o ministro Marco Aurélio Mello, além de deixar pendente uma definição sobre quando ocorrerá a prisão dos 25 condenados.*

(56a) *pp. Já havia um mal-estar entre os ministros Joaquim Barbosa e Marco Aurélio.*

Notamos na sentença (56) a confirmação da verdade da informação pressuposta em (55). Por outro lado, a dinâmica do contexto atualiza as informações à medida que esclarece quem são os ministros em meio ao mal-estar, Joaquim Barbosa e Marco Aurélio. Assim, a atualização do contexto mantém o potencial assertivo da pressuposição presente na sentença (55) *'já havia o mal-estar entre os ministros'*. CHIERCHIA (2003, p.579) explica o que isso significa:

As sentenças, ao atualizarem contextos, agem sobre as situações do contexto como peneiras: excluem algumas sentenças e deixam passar algumas outras; aquelas que passam pela peneira são, intuitivamente falando, as situações em que a sentença é verdadeira.

Na continuidade da notícia, o pressuposto em (55) é explicado pela sentença (57), atualizando o contexto com as informações do que gerou o ‘*novo mal-estar*’, mais uma vez o potencial assertivo é confirmado como verdade e a atualização do contexto não exclui a pressuposição inicial.

(57) Barbosa fez um agradecimento a três auxiliares que atuaram no caso. O gesto irritou o ministro Marco Aurélio Mello que criticou a medida e abandonou o plenário. Ele argumentou que isso não era tradição da corte.

A sentença (57) é esclarecedora do “novo mal-estar” ocorrido entre os ministros José Barbosa e Marco Aurélio. O gesto de agradecimento a três colaboradores teria sido o motivo para a irritação do Ministro Marco Aurélio, que criticou a medida de Joaquim Barbosa.

(58) Em mais de quatro meses de julgamento, o Supremo definiu que houve desvio de recursos públicos do Banco do Brasil e da Câmara para financiar a compra de apoio político no Congresso no início do governo Lula (2003-2010).

Como é comum ao texto jornalístico, o foco da notícia é direcionado ao assunto principal da série, para isso, em (58), o contexto é novamente atualizado, dessa vez, deixando de lado o pressuposto inicial, e apontando para o foco da série de reportagens, o julgamento do mensalão, o que mantém o tema, mas atualiza o potencial assertivo. Podemos notar que a sentença (58) não trata mais do ‘*novo mal-estar*’, pois a preocupação agora é retomar o assunto que faz a notícia interesse dos leitores. Dessa forma, a atualização do contexto muda o foco, mas não apresenta um dado novo que negue ou elimine o que estava no background no início da notícia.

O quadro a seguir servirá de ilustração para a atualização de contexto no **texto 2** e permitirá uma visão do pressuposto inicial e de seus esclarecimento por meio dessa atualização.

CONTEXTO E PRESSUPOSIÇÃO INICIAL	ATUALIZAÇÃO DE CONTEXTO	PRESSUPOSIÇÃO NOVA
(55) <i>STF conclui julgamento do mensalão com novo mal-estar entre ministros.</i> (55a) <i>pp. Já havia mal-estar entre ministros.</i>	(56) <i>Após 53 sessões, o STF (Supremo Tribunal Federal) encerrou nesta segunda-feira (17) o julgamento do mensalão em meio a um novo mal-estar entre o presidente do tribunal Joaquim Barbosa e o ministro Marco Aurélio Mello, além de deixar pendente uma definição sobre quando ocorrerá a prisão dos 25 condenados.</i>	(58a) <i>pp. Já havia um mal-estar entre os ministros Joaquim Barbosa e Marco Aurélio.</i>
	(57) <i>Barbosa fez um agradecimento a três auxiliares que atuaram no caso. O gesto irritou o ministro Marco Aurélio Mello que criticou a medida e abandonou o plenário.</i>	Não temos aqui um pressuposto, mas o posto se encarrega de atualizar as informações do background, informando o motivo do mal-estar entre os ministros.
	(58) <i>Em mais de quatro meses de julgamento, o Supremo definiu que houve desvio de recursos públicos do Banco do Brasil e da Câmara para financiar a compra de apoio político no Congresso no início do governo Lula (2003-2010).</i>	<i>pp. Houve um julgamento.</i>

Nos textos analisados aqui, as pressuposições encontradas mantiveram seu potencial assertivo como verdade, mesmo após a atualização dos contextos. Poderíamos dizer que à medida que os pressupostos atualizavam o contexto inicial, promoviam a progressão do texto, estabelecendo a coesão e coerência textuais. Registramos, ainda, uma mudança de foco, que parece motivada por retomar o assunto principal da série de notícias sobre o mensalão. Essa mudança de foco retoma o tema central sem cancelar a pressuposição inicial nem os contextos anteriores.

3.3.2 Análise de notícias sobre a copa das confederações

As notícias que servirão de instrumento para análise neste tópico fazem parte de uma série sobre a Copa das Confederações FIFA, no Brasil, como já anunciamos acima. No entanto, vale ressaltar que tanto a construção, quanto a divulgação desse tipo de notícia, responde a estímulos diferentes dos textos anteriormente analisados.

Para Lage (2001), a ênfase no jornalismo está na informação, e esta precisa ser processada em escala industrial e para consumo imediato. As notícias de conteúdo esportivo são criadas num contexto de grande movimento, pois os esportes acontecem num ritmo acelerado, e as notícias sobre eles necessitam também de rapidez para apresentar aos leitores as informações em tempo quase real.

O ritmo acelerado de redação das notícias esportivas, sobretudo durante a realização de um evento, como uma Copa das Confederações FIFA, pode ser responsável por textos menos preocupados com o não comprometimento do redator, ou pelo menos resultam em textos em que as pressuposições passam com maior frequência.

3.3.2.1 Texto 3

Brasil volta a palco onde sofreu uma de suas piores vaias

Líder do Grupo A da Copa das Confederações, com duas vitórias em duas partidas, a seleção brasileira enfrentará a Itália com casa cheia neste sábado, na Arena Fonte Nova. Todos os 48.986 ingressos disponíveis foram vendidos antecipadamente.

O cenário de festa e esperança do torcedor em nada lembra o encontrado pela seleção na última vez em que jogou uma partida válida por um campeonato oficial no estádio.

Na Copa América de 1989, os baianos receberam o Brasil do técnico Sebastião Lazaroni da pior forma possível: arquibancadas vazias, enxurrada de vaias, bandeiras rasgadas e até ovos arremessados contra os jogadores.

O time, que se preparava para as eliminatórias da Copa de 1990, disputou as três primeiras partidas do torneio na capital baiana. As partidas tiveram média de público inferior a 10 mil pessoas, um décimo da capacidade antiga Fonte Nova.

O cenário hostil encontrado nos jogos contra Venezuela (vitória de 3 a 1), Peru (0 a 0) e Colômbia (0 a 0) era resultado da péssima fase da equipe, que havia acabado de retornar de uma desastrosa excursão pela Europa.

Acesso em: 22 de junho de 2013, disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/esporte/folhanacopa/2013/06/1299460-brasil-volta-a-palco-onde-sofreu-uma-de-suas-piores-vaia.shtml>

- **Análise**

(59) Brasil **volta** a palco **onde sofreu** uma de suas piores vaia

(59a) O Brasil já esteve no palco antes e lá sofreu uma de suas piores vaia.

O pressuposto inicial do texto agora em análise é acionado pela expressão iterativa, *volta*, em (59), que ativa o pressuposto em (59a). Todos concordamos que só se pode voltar de onde se esteve presente, logo o Brasil, ou a seleção brasileira de futebol, já esteve nesse palco e lá foi vaiada pela torcida. Podemos notar também que a pressuposição ativada na primeira oração é projetada para a sentença encaixada com a ajuda da expressão *onde sofreu*, que desempenha papel anafórico e estabelece coesão.

(60) **Líder do Grupo A da Copa das Confederações**, com duas vitórias em duas partidas, **a seleção brasileira** enfrentará a Itália com casa cheia neste sábado, na **Arena Fonte Nova**.

(60a) Há um líder do grupo A da Copa das Confederações – o Brasil.

(60b) Existe uma seleção brasileira.

(60c) Existe uma Arena Fonte Nova – o palco.

A sentença (60) inicia o progresso do texto apresentando novos pressupostos que desempenham o papel de acrescentar esclarecimentos sobre o pressuposto inicial (59). Atentando para o plano de fundo das informações, podemos notar que (60a), por meio da descrição definida, aciona o pressuposto existencial e

aparece com o papel de dizer quem é o Brasil da sentença (59), ele é o *líder do grupo A da Copa das Confederações*. (60b) reforça quem é esse líder, novamente através de um pressuposto ativado por uma descrição definida, *a seleção brasileira*, enquanto (60c), ativada pelo mesmo tipo de acionador, se encarrega de entregar a informação de que a *Arena Fonte Nova* é o palco ao qual o Brasil voltará. Parece-nos que as informações que se somam estão enriquecendo o contexto, acrescentando e esclarecendo dados importantes para o conhecimento compartilhado. Além disso, nas informações veiculadas em (60) continuam válidos os pressupostos de (59): *existe uma seleção brasileira* e *existe um palco*.

(61) *O cenário de festa e esperança do torcedor em nada lembra o encontrado pela seleção na última vez em que jogou uma partida válida por um campeonato oficial no estádio.*

(61a) pp. *Existe um cenário de festa e esperança.*

As informações contextuais da sentença (61) não modificam o pressuposto inicial de (59), *o Brasil já esteve no estádio e lá levou uma de suas piores vaías*. Esse pressuposto é mantido, e poderíamos retomá-lo como uma implicatura a partir da expressão, *cenário de festa e esperança* que *em nada lembra o encontrado pela seleção na última vez*. Essa intuição é acionada pela violação da máxima de quantidade, pois dizer que *o cenário em nada lembra o anterior* parece pouco informativo. Ao mesmo tempo essa violação parece que desempenha bem o papel comum ao gênero jornalístico de dizer menos para significar mais. Assim, é possível que a maioria das pessoas leiam a notícia e façam a inferência de que o cenário anterior era ruim. No entanto, a informação pressuposta, *existe um cenário de festa e esperança do torcedor*, acionada pela descrição definida em destaque na sentença, pode anular uma possível intuição do leitor de que o palco/cenário seria novamente ruim e sujeito a vaías, temos um novo contexto, dessa vez positivo, talvez seja um primeiro sinal do contexto dinâmico.

(62) *Na Copa América de 1989, os baianos receberam o Brasil do técnico Sebastião Lazaroni da pior forma possível: arquibancadas vazias, enxurrada de vaiais, bandeiras rasgadas e até ovos arremessados contra os jogadores.*

A sentença (62), assim como os parágrafos que a seguem no texto, não apresentam pressupostos marcados, no entanto cumprem o papel de esclarecer como se deu o que está pressuposto em (59), *as vaias recebidas pelo Brasil naquele palco*. Ao mesmo tempo, apresenta outro contexto, não o da Copa das Confederações-2013, mas o da Copa América-1989, logo temos uma atualização de contexto.

(63) *O cenário hostil encontrado nos jogos contra Venezuela (vitória de 3 a 1), Peru (0 a 0) e Colômbia (0 a 0) era resultado da péssima fase da equipe, que havia acabado de **retornar de** uma desastrosa excursão pela Europa.*

(63a) *Houve um cenário hostil nos jogos contra Venezuela, Peru e Colômbia.*

(63b) *A equipe esteve numa desastrosa excursão pela Europa.*

Em (63), dois pressupostos marcados aparecem ainda para acrescentar novos contextos ao pressuposto de (59). Primeiro a descrição definida, *o cenário hostil*, ativando (63a), e colocando como informação certa no conhecimento compartilhado o cenário inóspito dos jogos realizados no palco onde o Brasil foi vaiado. Depois o iterativo *retornar de* que, ativando o pressuposto (63b), é responsável por justificar o cenário de hostilidade encontrado pela equipe brasileira. Os torcedores haviam acompanhado a seleção numa excursão desastrosa pela Europa, e a hostilidade encontrada estaria vinculada a essa péssima fase da equipe.

(64) *A opção de Lazaroni de deixar o atacante Charles Baiano, ídolo do Bahia, na reserva só serviu para alimentar a fúria da torcida, que pedia a cabeça do técnico durante os jogos.*

(64a) *Há um ídolo do Bahia, o atacante Charles Baiano.*

(64b) *Os baianos queriam que seu ídolo jogasse. – pressuposto contextual.*

A análise da sentença (64) apresenta dois pressupostos, um linguisticamente marcado, a descrição definida *o atacante Charles Baiano*, que ativa a informação pressuposta (64a), *havia um ídolo do Bahia*, e outro não marcado, um pressuposto contextual naturalmente aceito pelo conhecimento compartilhado em (64b)

de que os baianos queriam ver jogar o seu ídolo e tê-lo como reserva teria alimentado a fúria da torcida. Ambos esclarecedores do pressuposto inicial (59), eles reforçam os motivos apresentados em (63) para o cenário hostil.

Vejamos no quadro abaixo como as informações vão sendo atualizadas no texto por meio das informações novas e de seus pressupostos, responsáveis pela atualização e até mesmo alteração do contexto inicial.

CONTEXTO E PRESSUPOSTO INICIAL	ATUALIZAÇÃO DE CONTEXTO E DE PRESSUPOSTOS	ALTERAÇÃO DE CONTEXTO	RETOMANDO O CONTEXTO INICIAL
(59) <i>Brasil volta a palco onde sofreu uma de suas piores vaias (59a)pp. O Brasil já esteve no palco antes e lá sofreu uma de suas piores vaias.</i>	(60) <i>Líder do Grupo A da Copa das Confederações, com duas vitórias em duas partidas, a seleção brasileira enfrentará a Itália com casa cheia neste sábado, na Arena Fonte Nova.</i> (60a)pp. <i>Há um líder do grupo A da Copa das Confederações – o Brasil.</i> (60b) <i>Existe uma seleção brasileira.</i> (60c) <i>Existe uma Arena Fonte Nova – um palco.</i>	(61) <i>O cenário de festa e esperança do torcedor em nada lembra o encontrado pela seleção na última vez em que jogou uma partida válida por um campeonato oficial no estádio.</i> *Aqui, o posto altera o contexto, pois apresenta um cenário diferente da intuição que o leitor poderia ter a partir do contexto inicial.	(62) <i>Na Copa América de 1989, os baianos receberam o Brasil do técnico Sebastião Lazaroni da pior forma possível: arquibancadas vazias, enxurrada de vaias, bandeiras rasgadas e até ovos arremessados contra os jogadores.</i>
	(63) <i>O cenário hostil encontrado nos jogos contra Venezuela (vitória de 3 a 1), Peru (0 a 0) e Colômbia (0 a 0) era resultado da péssima fase da equipe, que havia acabado de retornar de uma desastrosa excursão pela Europa.</i> (63a) <i>Houve um cenário hostil nos jogos contra Venezuela, Peru e Colômbia.</i> (63b) <i>A equipe esteve numa desastrosa excursão pela Europa.</i>		
	(64) <i>A opção de Lazaroni de deixar o atacante Charles Baiano, ídolo do Bahia, na reserva só serviu para alimentar a fúria da torcida, que pedia a cabeça do técnico durante os jogos.</i> (64a) <i>Há um ídolo do Bahia, o atacante Charles Baiano.</i> (64b) <i>Os baianos queriam que seu ídolo jogasse. – pressuposto contextual</i>		

Podemos, então, concluir que o texto 3 apresenta a pressuposição como um recurso textual. Dessa forma, o recurso da pressuposição estabelece a progressão do texto por meio da dinâmica de atualização de contextos, ao mesmo tempo em que permite o resgate de informações importantes para a compreensão.

3.3.2.2 Texto 4

Contra o Uruguai, seleção reencontra o Mineirão e teme onda de protestos.

A seleção brasileira decide hoje uma vaga na final da Copa das Confederações contra o Uruguai, às 16h, em Belo Horizonte, cidade onde o time levou a última grande vaia e que vive sob forte tensão nos últimos dias em razão de uma onda de protestos.

Com novas manifestações previstas para hoje, a prefeitura decretou feriado na cidade e a polícia reforçou a segurança nas ruas, nos acessos ao Mineirão e nos hotéis que abrigam as seleções.

A Fifa, preocupada com os protestos – um dos alvos são os gastos com a Copa –, retirou a identificação de seus veículos e aumentou a proteção ao seu presidente, Joseph Blatter, que chegará hoje à cidade e depois do jogo seguirá para Fortaleza, onde ocorre a outra semifinal (Espanha e Itália). (...)

No sábado, confrontos entre manifestantes e policiais deixaram 37 feridos. A PM dá "como certo" que haverá novos confrontos hoje e teme que eles impeçam o acesso de torcedores ao Mineirão. (...)

Além da previsão de um cenário conflagrado fora do Mineirão, dentro dele há uma outra preocupação: foi lá que o time de Luiz Felipe Scolari recebeu vaias em abril quando atuou mal e empatou com o Chile (2 a 2). Nem Neymar foi poupado naquela noite.

Por isso Felipão fez um apelo. "Espero que a torcida mineira faça a diferença como as outras fizeram e nos ajude a chegar até a final."

Até agora, na Copa das Confederações, a seleção recebeu aplausos da torcida por onde passou, em Brasília, Fortaleza e Salvador. (...)

Depois de um modesto Nigéria x Taiti e de um Japão x México que nada valia, os mineiros assistirão a um Brasil que vive lua de mel com a torcida.

Acesso em: 26 de junho de 2013, disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/esporte/folhanacopa/2013/06/1301392-contr-o-uruguai-selecao-reencontra-o-mineirao-e-teme-onda-de-protestos.shtml>.

- **Análise**

(65) *Contra o Uruguai, seleção **reencontra** o Mineirão e **teme** onda de protestos.*

(65a)pp. *Seleção já encontrou antes o Mineirão.*

O **texto 4** apresenta o pressuposto inicial, (65a), ainda no título da notícia, (65), acionado pela expressão iterativa, *reencontra*, que ativa a informação de que *a seleção já encontrou o Mineirão antes*. Temos, então, um pressuposto marcado linguisticamente por uma expressão ativadora.

(66) *A seleção brasileira decide hoje uma vaga na final da Copa das Confederações contra o Uruguai, às 16h, em Belo Horizonte, cidade onde o time levou a **última grande vaia** e que vive sob forte tensão nos últimos dias em razão de uma onda de protestos.*

(66a)pp. *O time já levou uma grande vaia antes na cidade de Belo Horizonte.*

Em (66) a expressão *última grande vaia* aciona a pressuposição *o time já levou uma grande vaia em Belo Horizonte*, (66a), pressuposição que retoma o pressuposto inicial da notícia, e confirma o que estava em (65a), *a seleção já encontrou o Mineirão antes*.

(67) *Com **novas manifestações** previstas para hoje, a prefeitura decretou feriado na cidade e a polícia **reforçou** a segurança nas ruas, nos acessos ao Mineirão e nos hotéis que abrigam as seleções.*

(67a) pp. *Já houve manifestações antes.*

(67b) pp. *A polícia já fazia a segurança nas ruas, nos acessos ao Mineirão e nos Hotéis que abrigam as seleções.*

Na sentença (67), o pressuposto em (67a) é ativado pela expressão iterativa, *novas manifestações*, que revela a pressuposição de que já aconteceram outras manifestações antes da data do jogo no Mineirão. Na continuação da sentença, o iterativo *reforçar* aciona o pressuposto (67b) de que *já havia segurança para o evento*, tanto nas ruas quanto nos acessos e hotéis em que estavam hospedadas as seleções.

(68) *A FIFA, preocupada com os protestos - um dos alvos são os gastos com a Copa -, retirou a identificação de seus veículos e aumentou a proteção ao seu presidente, Joseph Blatter, que chegará hoje à cidade e depois do jogo seguirá para Fortaleza, onde ocorre a outra semifinal (Espanha e Itália).*

(68a) *pp. A FIFA tinha identificação nos seus veículos.*

(68b) *pp. A FIFA já tinha proteção pra seu presidente, Joseph Blatter.*

Na sentença (68), percebemos duas pressuposições linguisticamente marcadas. A primeira, (68a), é acionada pelo verbo implicativo *retirou*, o qual autoriza a pressuposição de que *a FIFA tinha identificação em seus veículos*. A segunda, (68b), acionada pelo verbo implicativo *aumentar*, autoriza a pressuposição: *a FIFA já tinha proteção para seu presidente*. A sentença (68) introduz um novo contexto, agora, a situação exposta no texto volta-se para os organizadores do evento, deixando de lado, por ora, o evento propriamente dito, o jogo no Mineirão. Essa atualização, no entanto, não cancela os pressupostos nem os contextos iniciais.

(69) *A PM dá "como certo" que haverá **novos confrontos** hoje e teme que eles impeçam o acesso de torcedores ao Mineirão.*

(69a) *pp. Já houve confrontos antes entre PM e manifestantes.*

Temos em (69) uma abordagem do que já aconteceu nos protestos mencionados anteriormente na notícia, e que fazem parte do conhecimento compartilhado pelos interlocutores. A sentença imediatamente anterior a (69), “No sábado, *confrontos entre manifestantes e policiais deixaram 37 feridos*”, revela o que aconteceu durante os protestos e o pressuposto, (69a), aponta para a confirmação no background de que *já houve confrontos entre PM e manifestantes*. Nesse ponto da

notícia, o contexto mais uma vez se atualiza, trazendo novas informações ao background, mas sem cancelar os contextos ou pressuposições anteriores.

*(70) Além da previsão de um cenário conflagrado fora do Mineirão, dentro dele há uma **outra** preocupação: foi lá que o time de Luiz Felipe Scolari recebeu vaias em abril quando atuou mal e empatou com o Chile (2 a 2).*

(70a) pp. Há a preocupação do time brasileiro ser vaiado novamente.

Notamos em (70) a retomada do contexto inicial, quando é mencionado *um cenário conflagrado fora do estádio Mineirão*, pois já no título da notícia, (65), esse ambiente de protesto era colocado como conhecimento compartilhado. Também uma das pressuposições iniciais do texto volta a fazer parte do contexto. Ativada pela expressão *uma outra preocupação*, podemos inferir, confirmando o contexto anterior, que *há uma preocupação de que o time brasileiro seja vaiado novamente*.

(71) "Espero que a torcida mineira faça a diferença como as outras fizeram e nos ajude a chegar até a final".

(71a) posto. Outras torcidas, diferentes da Mineira, fizeram a diferença.

Fazendo referência à torcida, o contexto mais uma vez se atualiza, sem cancelar nenhuma informação posta ou pressuposta anteriormente. Em (71), o posto de que *outras torcidas fizeram a diferença*, traz um novo contexto, assim, podemos acrescentar ao conhecimento compartilhado que outras torcidas diferentes da mineira apoiaram e não vaiaram a seleção brasileira.

(72) Depois de um modesto Nigéria x Taiti e de um Japão x México que nada valia, os mineiros assistirão a um Brasil que vive lua de mel com a torcida.

(72a) p. O Brasil está em lua de mel com a torcida.

A informação posta em (72) fecha a notícia com a atualização do que estava pressuposto nas sentenças iniciais, ao mesmo tempo em que altera o contexto. Não se fala mais em possíveis vaias ou protestos. Embora estes ainda estejam ativos nos

contextos anteriores e no conhecimento compartilhado. Agora, (72a), ativa o pressuposto de que *o Brasil (a seleção brasileira de futebol) está em lua de mel com a torcida*, e que a torcida mineira, causadora da tensão entre jogadores e organizadores, assistirão a um jogo importante, diferente do que eles haviam visto antes e vaiado.

O quadro a seguir ilustra as informações pressupostas e os contextos que compõem e atualizam o texto 4.

CONTEXTO E PRESSUPOSTO INICIAL	ATUALIZAÇÃO DE CONTEXTO E PRESSUPOSTOS	RETOMADA DO CONTEXTO INICIAL	ALTERAÇÃO DE CONTEXTO
(65) <i>Contra o Uruguai, seleção reencontra o Mineirão e teme onda de protestos</i> (65a)pp. <i>Seleção já encontrou antes o Mineirão.</i>	(67) Com novas manifestações previstas para hoje, (...) a polícia reforçou a segurança nas ruas, nos acessos ao Mineirão e nos hotéis que abrigam as seleções. (67b) pp. A polícia já fazia a segurança nas ruas, nos acessos ao Mineirão e nos Hotéis que abrigam as seleções.	(66) A seleção brasileira decide hoje uma vaga na final da Copa das Confederações (...) em Belo Horizonte, cidade onde o time levou a última grande vaia e que vive sob forte tensão nos últimos dias em razão de uma onda de protestos. (66a)pp. O time já levou uma grande vaia antes na cidade de Belo Horizonte.	(68) A FIFA, (...) retirou a identificação de seus veículos e aumentou a proteção ao seu presidente, Joseph Blatter, que chegará hoje à cidade(...) (68a) pp. A FIFA tinha identificação nos seus veículos. (68b) pp. A FIFA já tinha proteção pra seu presidente, Joseph Blater.
	(69) A PM dá "como certo" que haverá novos confrontos hoje e teme que eles impeçam o acesso de torcedores ao Mineirão. (69a) pp. Já houve confrontos antes entre PM e manifestantes.	(67) Com novas manifestações previstas para hoje, a prefeitura decretou feriado na cidade e a polícia reforçou a segurança nas ruas, (...). (67a) pp. Já houve manifestações antes.	(72) Depois de um modesto Nigéria x Taiti e de um Japão x México que nada valia, os mineiros assistirão a um Brasil que vive lua de mel com a torcida. (72a) p. O Brasil está em lua de mel com a torcida.
	(69) "Espero que a torcida mineira faça a diferença como as outras fizeram e nos ajude a chegar até a final." (69a)p.Outras torcidas, diferentes da Mineira, fizeram a diferença.	(68) Além da previsão de um cenário conflagrado (...) há uma outra preocupação : foi lá que o time de Luiz Felipe Scolari recebeu vaia quando atuou mal e empatou o jogo. (68a) pp. Há a preocupação do time brasileiro ser vaiado novamente.	

A notícia analisada como **texto 4** apresenta uma série de informações pressupostas que se iniciam já no título e se prolongam ao longo do texto, ora sendo confirmadas, ora sendo atualizadas. Notamos que por dois momentos o contexto é atualizado, o que muda o foco da notícia para informações diferentes do que traz o pressuposto inicial, no entanto esta mudança de foco não cancela o que está pressuposto inicialmente. Podemos dizer que o **texto 4** traz a pressuposição dinâmica, pois, ao longo da notícia, os pressupostos apresentam características tanto de retomadas quando de atualização.

3.3.3 Algumas considerações sobre a análise de atualização de contextos

Dentro do que propomos nesta pesquisa sobre pressuposição dinâmica, mantivemos o foco das análises na alteração do contexto. Porque, afinal, é isso que a abordagem dinâmica propõe como inovação: uma visão ampliada da análise da pressuposição que leve em consideração o contexto e o conhecimento compartilhado, a fim de superar problemas de interpretação de pressupostos que a visão restrita da sentença ou da projeção não conseguem esclarecer.

Conforme afirmam Groenendijk e Stokhof (2009), para a abordagem dinâmica, a interpretação não apenas depende do contexto, mas também apresenta a possibilidade de criar um contexto novo. Assim, observamos que os textos analisados apresentaram pressuposições iniciais, e muitas delas aparecem marcadas linguisticamente por expressões ativadoras de pressupostos. Estas, em grande parte, mantiveram-se durante a progressão textual, servindo de pano de fundo para atualização de contexto, e estabelecendo as possibilidades de alteração que se mantinham abertas com as informações que se somavam ao conhecimento compartilhado, ao passo que o texto progredia.

Houve, no entanto, casos em que as pressuposições simples foram canceladas por expressões de bloqueio, o que impediu que a pressuposição fosse projetada dentro do período, e consequentemente, pudessem contribuir para a criação de novos contextos. Estes casos parecem mais recorrentes no texto 1, e também no texto 2, talvez pelo caráter mais sério requerido pelo conteúdo das notícias, já que estas tratam de um tema polêmico.

Os quatro textos analisados, apesar de pertencerem a um mesmo gênero, diferem no modo como apresentam as informações, o que levou as análises a apresentarem resultados diferentes, como ilustram os quadros demonstrativos. Mesmo os textos com semelhança de tema desenharam um caminho diferente para as pressuposições e não seguiram uma mesma fórmula para a utilização de pressupostos.

Aparentemente, os textos 1 e 2, que compartilham o tema mensalão, compartilharam também a característica de não apresentar alteração de contexto. As informações iniciais de ambos mantiveram-se até o final. No entanto, diferenças também são notadas, pois enquanto o texto 2 apresenta potencial de atualização de contexto por meio de pressuposições que retomam e esclarecem o pressuposto inicial, o texto 1 não têm essa possibilidade porque os bloqueios impedem a passagem dos pressupostos.

Os textos 2 e 3 que, por sua vez, compartilham o tema Copa das Confederações, também não são todo semelhança. Ambos trazem a possibilidade de atualização e alteração de contexto, e neles podemos ver exemplos da interpretação criando contexto, isto é, podemos considerar que há pressuposição dinâmica. No entanto, não há uma recorrência na ordem com que isso acontece, se compararmos os quadros ilustrativos de 2 e 3, notaremos diferenças na ordem em que surgem a alteração e a atualização.

Os quadros, que ilustram a análise da pressuposição feita nesta pesquisa, mostram de diferentes maneiras os textos sendo desenvolvidos e fazendo uso das informações implícitas por meio dos pressupostos.

Podemos acrescentar, também, que as notícias dispõem de diversos recursos textuais para cumprir seu papel social, dentre eles a pressuposição, pois esta configura uma estratégia argumentativa do discurso jornalístico, já que estando no nível do implícito, possibilita que o locutor passe informações livres de comprometimento, nas entrelinhas.

O que fica registrado aqui é que numa situação real de uso a pressuposição pode ser vista como um processo que relaciona unidades maiores do que as sentenças isoladas, isto é, a pressuposição e o seu potencial assertivo podem estar no texto como um todo. Por isso, uma abordagem dinâmica desse fenômeno linguístico é mais eficaz para interpretação, pois as dúvidas sobre a presença, projeção ou cancelamento de pressupostos podem ser resolvidas considerando-se, além das marcas linguísticas, o conhecimento compartilhado pelos interlocutores e o contexto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa apresentamos e discutimos inicialmente aspectos básicos da pressuposição linguística a partir do estudo da literatura sobre o tema, o que permitiu a confirmação de que este fenômeno linguístico constitui um elemento do sentido implícito dos enunciados. Esta confirmação serviu como ponto de partida para a justificativa de uma análise mais ampla dos pressupostos, já que a abordagem sob o viés da interpretação sentencial apresentou lacunas na explicação de questões como identificação de pressupostos através de testes ou da presença de acionadores.

Desde as observações iniciais, ainda no capítulo 1, mostramos a necessidade de considerar o conhecimento compartilhado para uma análise mais eficiente das informações implícitas. Questões a respeito da pertinência de considerar acionadores de pressuposição como suficientes para identificar a presença dessas informações implícitas foram analisadas, e constatou-se que não é possível considerar as informações pressupostas apenas como decorrentes dos itens lexicais e sintáticos acionadores, mas que esses ativarão pressupostos quando isso puder ser aceito como válido pelos interlocutores, numa determinada situação comunicativa.

Constatada a falha interpretativa vinculada restritamente aos acionadores de pressuposição e considerando-se a sentença simples, avançamos um pouco mais, analisando, no capítulo 2, as informações pressupostas em sentenças complexas. A partir daí, abordamos o problema da projeção das pressuposições, mas ainda vinculada à presença de expressões destinadas a fazer a pressuposição projetar-se ou ser cancelada. Essa visão mostrou-se insuficiente e ineficaz, pois não permitiu explicar casos em que a presença dos bloqueios não bloqueava o pressuposto, ou de furos que não levaram à projeção. Novamente, sente-se a necessidade de considerar mais do que está na sentença para explicar os pressupostos.

A fim de alargar a discussão sobre as informações pressupostas, e preparar o caminho para a análise de dados, apresentamos como um pressuposto pode desempenhar papel informativo ao ser introduzido como informação nova para os interlocutores e, pelo processo de acomodação, passar a compor o conhecimento

compartilhado. Novamente, ficou clara a necessidade de considerar o contexto em que a pressuposição é colocada. No caso da acomodação, essa só se dará com a autorização do contexto e das intenções dos interlocutores, que situará a informação nova como adequada ou como controversa, condicionado a acomodação.

Constatamos, ainda, que a informatividade do pressuposto pode servir ao propósito da argumentação, já que, trazendo informações não conhecidas em forma de pressuposição, o locutor torna o seu interlocutor cúmplice da informação, direcionando uma possível discussão para o que está explícito no enunciado, numa tentativa de preservar de questionamentos o que está pressuposto.

Por isso, avançamos mais um pouco, e apresentamos uma análise da pressuposição sob o viés de uma proposta mais ampla, que considere a pressuposição além da sentença. Sabemos, é claro, que essa abordagem que apresentamos não é nova, mas sabemos também que ela pode ser mais eficiente, pois nos permite explicar questões que com as visões anteriores pareciam controversas.

Assim, propusemos uma abordagem das pressuposições com base na dinâmica de atualização do contexto e, conseqüentemente na atualização também do potencial assertivo das sentenças. Essa abordagem, por considerar o contexto em que a sentença é enunciada e o conhecimento compartilhado pelos interlocutores, permitiu uma análise mais completa, que deu conta de explicações sobre o não funcionamento de bloqueios com verbos proposicionais ou verbos *de dizer*, como nos exemplos (35) e (37), analisados no capítulo 2.

No capítulo final de nosso trabalho, mostramos a eficácia da análise ampliada da pressuposição. E para isso, escolhemos o gênero textual notícia, um texto vivo e atual, excelente representante da comunicação escrita. Constatamos que a notícia jornalística, rica em informações pressupostas, apresenta a dinâmica de atualização de contextos. Foi possível encontrar a projeção das pressuposições e também os bloqueios, naturais ao gênero escolhido como *corpus*, pois os responsáveis pela redação das notícias necessitam de distanciamento e isenção de responsabilidade.

O texto jornalístico faz parte de um segmento textual que procura se pautar na objetividade. São textos formadores de opinião e, por isso, tentam garantir a

neutralidade em temas polêmicos. Nesses, o jornalismo assume o compromisso de dar ênfase aos conteúdos, aos fatos que precisam ser informados. Há, portanto, uma preocupação em evitar possíveis comprometimentos, o que justifica o uso por vezes constante dos bloqueios de pressuposição, que conferem a uma outra voz do discurso a responsabilidade pelo que é dito.

Os textos analisados apresentaram pressuposições que mantiveram o potencial assertivo como verdade mesmo após a atualização dos contextos. No entanto, alguns pressupostos não se mantiveram porque na atualização dos contextos as expressões de bloqueio se encarregaram de anulá-los.

Dessa forma, entendemos que a dinâmica da pressuposição presente nas notícias é direcionada pela necessidade de isenção natural ao gênero. Podemos dizer que existe uma atualização de contextos, mas não podemos deixar de destacar a preocupação de quem escreve esse tipo de texto em usar, muitas vezes, termos que cancelem a pressuposição.

Convém apresentar aqui, a constatação de que não encontramos, nos textos analisados, atualização de pressuposição. Elas se mantiveram ao longo das notícias, e com a dinâmica de atualização do contexto foram sendo acrescidas de informações esclarecedoras do pressuposto inicial, mas não foram negadas. Entendemos esta constatação como uma característica típica, embora não exclusiva, do gênero analisado, pois sendo a pressuposição uma grande ferramenta da notícia, seu papel nesse gênero, talvez, seja acumular as informações e evitar as repetições, além de preservar o locutor, como já dissemos.

Para encerrar, reforçamos a constatação que desenvolvemos ao longo dos capítulos desse trabalho: a visão ampliada da pressuposição que considera, além das marcas linguísticas responsáveis por identificar e ativar pressupostos nas sentenças, também o conhecimento compartilhado pelos interlocutores e o contexto, é estratégia que contribui para uma solução no que tange a interpretação eficaz de enunciados e a descrição de como se dá essa interpretação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Irandé. **O Território das Palavras**: estudo do léxico em sala de aula. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

BEAVER, David Ian. **Presupposition and Assertion in Dynamic Semantics**. Stanford: Center for the Study of Language and Information, 2001.

BEZERRA, Sandra Suely Carvalho. Pressuposição Linguística: uma das bússolas argumentativas do texto telejornalístico. In: **Argumentação na Língua**: das pressuposições aos Topoi. Joseli Maria da Silva, Lucienne Espíndola, (organizadoras) – João Pessoa: Editora Universitária, 2004.

CARVALHO, Nelly Medeiros de. **Linguagem jornalística**: aspectos inovadores. Recife: Secretaria de Educação de Pernambuco, Associação de Imprensa de Pernambuco, 1983.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. Tradução Angela S. M. Corrêa. 2. Ed., 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2012.

CHIERCHIA, Genaro. **Semântica**. Tradução Luis Arthur Pagani, Ligia Negri, Rodolfo Ilari. Campinas, SP: Editora da Unicamp; Londrina, Pr: Eduel, 2003.

DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Revisão técnica da tradução Eduardo Guimarães. Campinas SP: Pontes, 1987.

_____. **Princípios de Semântica em Linguística**: dizer e não dizer. São Paulo: Cultrix, 1977.

DASCAL, Marcelo. **Fundamentos Metodológicos da Linguística**. Volume IV. São Paulo: Instituto de Estudos da Linguagem – UNICAMP, 1982.

FREGE, Gottlob. Sobre o sentido e a referência. In: **Lógica e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Cultrix/USP, 1978, p. 59-86.

GRICE, Herbert Paul. [1975] *Lógica e conversação*. In: DASCAL, M. **Fundamentos metodológicos da linguística – v. IV: Pragmática**. Campinas: Edição do organizador, 1982.

GROENENDIJK, Jeroen e STOKHOF, Martin. **Significado em Movimento**. Revista Letras, N. 79, p. 193-229, SET./DEZ. Curitiba: Editora UFPR, 2009.

HORN, L. **A Natural History of Negation**. Chicago: Chicago University Press, 1989.

ILARI, Rodolfo. **Semântica e Pragmática**: duas formas de descrever e explicar os fenômenos da significação. Revista Estudos Linguísticos. Volume 9, nº1, p.109-162. Belo Horizonte, 2000.

_____. **Introdução à Semântica**: brincando com a gramática. São Paulo: Contexto, 2001.

ILARI, Rodolfo, GERALDI, João W. **Semântica**. 3a ed. São Paulo: Ática, 1987.

LAGE, Nilson. **Estrutura da notícia**. 3.ed. São Paulo: Ática, 1993a.

_____. **Linguagem Jornalística**. 7ª edição. São Paulo: Ática, 2001.

LEVINSON, Stephen C [1983]. **Pragmática**. Tradução Luis Carlos Borges, Aníbal Mari; revisão técnica Rodolfo Ilari. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

LEWIS, David. **Scorekeeping in a language game**. Journal of Philosophical Logical, 8:3. (1979:June) p.339)

MACCAWLEY, James D. **Everything that linguists have always wanted to know about logic but were ashamed to ask**. 2ª edição. Chicago: The University of Chicago Press, 1993.

MARTINS, Eduardo. **Manual de Redação e Estilo**. O Estado de S.Paulo. Versão online, disponível em: <http://www.estadao.com.br/manualredacao/esclareca/leads.shtm>, acesso em 27/04/14.

MOURA, Heronides Maurílio de Melo. **Significação e contexto**: uma introdução a questões de semântica e pragmática. Florianópolis: Insular, 1999. (Série Didática: semântica, v.1)

NASCIMENTO, Erivaldo Pereira do. **Jogando com as vozes do outro**: argumentação na notícia jornalística. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática de usos do Português**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

PIRES DE OLIVEIRA, Roberta. **Semântica Formal**: uma breve introdução. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 2001.

RUSSEL, Bertrand. Da denotação. In: **Ensaios escolhidos**; seleção de textos de Hugh Matthew Lacey; tradução de Pablo Rubén Mariconda. – São Paulo: abril Cultural, 1905 [1978].

SANTOS, Leonor Maia dos e TRINDADE, Mônica Mano. Semântica I. In: **Linguagens**: usos e reflexões. Ana Cristina de Souza Aldrigue, Evangelina Maria de Brito Faria (organizadoras). – v.5 – João Pessoa: Editora da UFPB, 2009.

SOUZA, H. Paulo. **A pressuposição linguística na estrutura da língua portuguesa**. 2001. 220 f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo horizonte, 2000.

STALNAKER, Robert C. **Pragmática**. Tradução Marco Antônio de Oliveira. In: DASCAL, Marcelo (org). Fundamentos metodológicos da Linguística. Volume VI. Campinas: edição do organizador, 1972. p.59-80.

TRINDADE, Mônica Mano. **O contexto no discurso jornalístico**. Working papers em linguística, UFSC, N.4, 2000.

ANEXOS

TEXTO 1

Lula deu 'ok' a empréstimos do mensalão e recebeu de esquema, diz Valério

Novas acusações fazem parte de depoimento prestado por empresário mineiro à Procuradoria-Geral da República em 24 de setembro, dias após ser condenado pelo STF

11 de dezembro de 2012 | 2h 06

Felipe Recondo, Alana Rizzo e Fausto Macedo, de O Estado de S.Paulo

O empresário Marcos Valério Fernandes de Souza disse no depoimento prestado em setembro à Procuradoria-Geral da República que o esquema do mensalão ajudou a bancar "despesas pessoais" de Luiz Inácio Lula da Silva. Em meio a uma série de acusações, também afirmou que o ex-presidente deu "ok", em reunião dentro do Palácio do Planalto, para os empréstimos bancários que viriam a irrigar os pagamentos de deputados da base aliada.

Valério ainda afirmou que Lula atuou a fim de obter dinheiro da Portugal Telecom para o PT. Disse que seus advogados são pagos pelo partido. Também deu detalhes de uma suposta ameaça de morte que teria recebido de Paulo Okamoto, ex-integrante do governo que hoje dirige o instituto do ex-presidente, além de ter relatado a montagem de uma suposta "blindagem" de petistas contra denúncias de corrupção em Santo André na gestão Celso Daniel. Por fim, acusou outros políticos de terem sido beneficiados pelo chamado valerioduto, entre eles o senador Humberto Costa (PT-PE).

A existência do depoimento com novas acusações do empresário mineiro foi revelada pelo **Estado** em 1.º de novembro. Após ser condenado pelo Supremo como o "operador" do mensalão, Valério procurou voluntariamente a Procuradoria-Geral da República. Queria, em troca do novo depoimento e de mais informações de que ainda afirma dispor, obter proteção e redução de sua pena. A oitiva ocorreu no dia 24 de setembro em Brasília - começou às 9h30 e terminou três horas e meia depois; 13 páginas foram preenchidas com as declarações do empresário, cujos detalhes eram mantidos em segredo até agora.

O **Estado** teve acesso à íntegra do depoimento, assinado pelo advogado do empresário, o criminalista Marcelo Leonardo, pela subprocuradora da República Cláudia Sampaio e pela procuradora da República Raquel Branquinho.

Valério disse ter passado dinheiro para Lula arcar com "gastos pessoais" bem no início de 2003, quando o petista já havia assumido a Presidência. Os recursos foram depositados, segundo o empresário, na conta da empresa de segurança Caso, de propriedade do ex-assessor da Presidência Freud Godoy, uma espécie de "faz-tudo" de Lula.

O operador do mensalão afirmou ter havido dois repasses, mas só especificou um deles, de aproximadamente R\$ 100 mil. Ao investigar o mensalão, a CPI dos Correios detectou, em 2005, um pagamento feito pela SMPB, agência de publicidade de Valério, à empresa de Freud. O depósito foi feito, segundo dados do sigilo quebrado pela comissão, em 21 de janeiro de 2003, no valor de R\$ 98.500.

Segundo o depoimento de Valério, o dinheiro tinha Lula como destinatário. Não há detalhes sobre quais seriam os "gastos pessoais" do ex-presidente.

Ainda segundo o depoimento de setembro, Lula deu o "ok" para que as empresas de Valério pegassem empréstimos com os bancos BMG e Rural. Segundo concluiu o Supremo, as operações foram fraudulentas e o dinheiro, usado para comprar apoio político no Congresso no primeiro mandato do petista na Presidência.

No relato feito ao Ministério Público, Valério afirmou que no início de 2003 se reuniu com o então ministro da Casa Civil, José Dirceu, e o tesoureiro do PT à época, Delúbio Soares, no segundo andar do Palácio do Planalto, numa sala que ele descreveu como "ampla" que servia para "reuniões" e, às vezes, "para refeições".

Ao longo dessa reunião, Dirceu teria afirmado que Delúbio, quando negociava com Valério, falava em seu nome e em nome de Lula. E acertaram, ainda segundo Valério, os empréstimos.

Nessa primeira etapa, Dirceu teria autorizado o empresário a pegar até R\$ 10 milhões emprestados. Terminada a reunião, contou Valério, os três subiram por uma escada que levava ao gabinete de Lula. Lá, na presença do presidente, passaram três minutos. O empresário contou que o acerto firmado minutos antes foi relatado a Lula, que teria dito "ok".

Dias depois, Valério relatou ter procurado José Roberto Salgado, dirigente do Banco Rural, para falar do assunto. Disse nessa conversa que Dirceu, seguindo orientação de Lula, havia garantido que o empréstimo seria honrado. A operação foi feita. Valério conta no depoimento que, esgotado o limite de R\$ 10 milhões, uma nova reunião foi marcada no Palácio do Planalto. Dirceu o teria autorizado a pegar mais R\$ 12 milhões emprestados.

Portugal Telecom. Em outro episódio avaliado pelo STF, Lula foi novamente colocado como protagonista por Valério. Segundo o empresário, o ex-presidente negociou com Miguel Horta, então presidente da Portugal Telecom, o repasse de recursos para o PT. Segundo Valério, Lula e o então ministro da Fazenda, Antonio Palocci, reuniram-se com Miguel Horta no Planalto e combinaram que uma fornecedora da Portugal Telecom em Macau, na China, transferiria R\$ 7 milhões para o PT. O dinheiro, conforme Valério, entrou pelas contas de publicitários que prestaram serviços para campanhas petistas.

As negociações com a Portugal Telecom estariam por trás da viagem feita em 2005 a Portugal por Valério, seu ex-advogado Rogério Tolentino, e o ex-secretário do PTB Emerson Palmieri.

Segundo o presidente do PTB, Roberto Jefferson, Dirceu havia incumbido Valério de ir a Portugal para negociar a doação de recursos da Portugal Telecom para o PT e o PTB. Essa missão e os depoimentos de Jefferson e Palmieri foram usados para comprovar o envolvimento de José Dirceu no mensalão.

TEXTO 2

STF conclui julgamento do mensalão com novo mal-estar entre ministros

FELIPE SELIGMAN

MÁRCIO FALCÃO

DE BRASÍLIA

Após 53 sessões, o STF (Supremo Tribunal Federal) encerrou nesta segunda-feira (17) o julgamento do mensalão em meio a um novo mal-estar entre o presidente do tribunal Joaquim Barbosa e o ministro Marco Aurélio Mello, além de deixar pendente uma definição sobre quando ocorrerá a prisão dos 25 condenados.

Barbosa fez um agradecimento a três auxiliares que atuaram no caso. O gesto irritou o ministro Marco Aurélio Mello que criticou a medida e abandonou o plenário. Ele argumentou que isso não era tradição da corte.

O relator do mensalão argumentou que processo era inusitado e que gerou "traumas" e problemas de saúde nele e em seus colaboradores.

"A tradição desse tribunal é de não prestar exageradamente homenagem e tributos descabidas. Nos últimos anos, essa tradição foi sensivelmente alterada. Da minha parte, jamais se ouviu sair da minha boca esse tipo de consideração. Fazê-lo de maneira a quem conosco colabora não parece inapropriada", disse Barbosa.

O ministro Luiz Fux pediu para não constar na ata a homenagem. "Eu vejo ministros tecendo loas a figuras públicas e não públicas. Por que razão não podemos enaltecer os servidores ou colaboradores desse tribunal? Não vejo qualquer problema em promover o trabalho indispensável dos colaboradores que nós temos", completou Barbosa.

Em mais de quatro meses de julgamento, o Supremo definiu que houve desvio de recursos públicos do Banco do Brasil e da Câmara para financiar a compra de apoio político no Congresso no início do governo Lula (2003-2010). Dos 37 réus, 25 foram condenados, entre eles, o ex-ministro José Dirceu, homem forte do governo Lula, e o empresário Marcos Valério, operador do esquema.

Ao todo, 11 receberam penas superiores a 8 anos e vão cumprir a pena inicialmente em regime fechado. Outros 10 foram condenados a regime semiaberto.

Hoje, o procurador-geral da República, Roberto Gurgel, disse que aguardava o fim do julgamento para reformular o pedido de prisão imediata dos condenados. Nos bastidores, os ministros dizem que a estratégia é forçar que a decisão ocorra monocraticamente por Barbosa no recesso forense, que começa na quinta-feira.

A tendência é que esse pedido fosse rejeitado pela maioria do plenário e a prisão começasse apenas quando não houvesse mais chance de recurso.

"Formulei por entender que é cabível [pedido de prisão]. Eu gostaria de aguardar a conclusão do julgamento para fazer por intermédio de petição adequada essa pretensão do MP", disse.

TEXTO 3

22/06/2013 - 11h01

Brasil volta a palco onde sofreu uma de suas piores vaías

DE SÃO PAULO

Líder do Grupo A da Copa das Confederações, com duas vitórias em duas partidas, a seleção brasileira enfrentará a Itália com casa cheia neste sábado, na Arena Fonte Nova. Todos os 48.986 ingressos disponíveis foram vendidos antecipadamente.

O cenário de festa e esperança do torcedor em nada lembra o encontrado pela seleção na última vez em que jogou uma partida válida por um campeonato oficial no estádio.

Na Copa América de 1989, os baianos receberam o Brasil do técnico Sebastião Lazaroni da pior forma possível: arquibancadas vazias, enxurrada de vaiais, bandeiras rasgadas e até ovos arremessados contra os jogadores.

O time, que se preparava para as eliminatórias da Copa de 1990, disputou as três primeiras partidas do torneio na capital baiana. As partidas tiveram média de público inferior a 10 mil pessoas, um décimo da capacidade antiga Fonte Nova.

O cenário hostil encontrado nos jogos contra Venezuela (vitória de 3 a 1), Peru (0 a 0) e Colômbia (0 a 0) era resultado da péssima fase da equipe, que havia acabado de retornar de uma desastrosa excursão pela Europa.

A opção de Lazaroni de deixar o atacante Charles Baiano, ídolo do Bahia, na reserva só serviu para alimentar a fúria da torcida, que pedia a cabeça do técnico durante os jogos.

O comandante chegou a classificar as manifestações como um ato político.

"Alguns jornalistas e dirigentes que querem tumultuar o futebol brasileiro estão divulgando falsos boatos", afirmou na época, rechaçando rumores de que seria demitido após o torneio.

Na partida contra o Peru, Renato Gaúcho foi atingido por um ovo na cabeça, quando os jogadores subiam dos vestiários. Era o ápice da crise entre seleção e torcedores. "A Bahia é terra de índio não aculturado", disse o jogador após a partida.

Depois dos conturbados três primeiros compromissos, a seleção se recuperaria no torneio, jogando no Recife e no Rio de Janeiro.

Na final contra o Uruguai, Romário marcou o gol do título de cabeça, após cruzamento de Mazinho, para o delírio dos mais de 130 mil torcedores que lotavam o Maracanã. Era a primeira Copa América conquistada pela seleção desde 1949, quando o torneio ainda se chamava Campeonato Sul-Americano.

A equipe de Romário, Bebeto, Mazinho, Branco, Dunga, Aldair e Taffarel, que fracassou na Copa da Itália no ano seguinte, seria a base da que conquistou o tetra nos Estados Unidos, em 1994.

[http://www1.folha.uol.com.br/esporte/folhanacopa/2013/06/1299460-brasil-volta-a-palco-
onde-sofreu-uma-de-suas-piores-vaiais.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/esporte/folhanacopa/2013/06/1299460-brasil-volta-a-palco-onde-sofreu-uma-de-suas-piores-vaiais.shtml)

TEXTO 4

26/06/2013 - 03h10

Contra o Uruguai, seleção reencontra o Mineirão e teme onda de protestos

DOS ENVIADOS A BELO HORIZONTE
DE BELO HORIZONTE
DO COLUNISTA DA **FOLHA**

A seleção brasileira decide hoje uma vaga na final da Copa das Confederações contra o Uruguai, às 16h, em Belo Horizonte, cidade onde o time levou a última grande vaia e que vive sob forte tensão nos últimos dias em razão de uma onda de protestos.

Com novas manifestações previstas para hoje, a prefeitura decretou feriado na cidade e a polícia reforçou a segurança nas ruas, nos acessos ao Mineirão e nos hotéis que abrigam as seleções.

A Fifa, preocupada com os protestos --um dos alvos são os gastos com a Copa--, retirou a identificação de seus veículos e aumentou a proteção ao seu presidente, Joseph Blatter, que chegará hoje à cidade e depois do jogo seguirá para Fortaleza, onde ocorre a outra semifinal (Espanha e Itália). A entidade também cancelou evento previsto para hoje na prefeitura.

No sábado, confrontos entre manifestantes e policiais deixaram 37 feridos. A PM dá "como certo" que haverá novos confrontos hoje e teme que eles impeçam o acesso de torcedores ao Mineirão.

O atacante Fred, ídolo de dois clubes mineiros (América e Cruzeiro), se disse preocupado com a situação. "A previsão é de manifestação bem forte. Pedimos ao povo que esteja unido com a seleção e faça um canto só com a seleção para darmos essa alegria pelo menos nos 90 minutos do jogo", disse.

Além da previsão de um cenário conflagrado fora do Mineirão, dentro dele há uma outra preocupação: foi lá que o time de Luiz Felipe Scolari recebeu vaias em abril quando atuou mal e empatou com o Chile (2 a 2). Nem Neymar foi poupado naquela noite.

Por isso Felipão fez um apelo. "Espero que a torcida mineira faça a diferença como as outras fizeram e nos ajude a chegar até a final."

Até agora, na Copa das Confederações, a seleção recebeu aplausos da torcida por onde passou, em Brasília, Fortaleza e Salvador.

Com três jogadores do Atlético-MG no banco (Jô, Réver e Bernard) e o maior ídolo atual do futebol mineiro fora do time (Ronaldinho), pode haver pressão da torcida caso o time vá mal.

"Sabemos que aqui há chance de a torcida vaiar com cinco minutos. Esperamos que não, mas existe o risco", disse o coordenador técnico Carlos Alberto Parreira.

Outro ponto que ameaça a paz é a alta expectativa da torcida com a partida, já que até agora a cidade só recebeu jogos secundários no torneio.

Depois de um modesto Nigéria x Taiti e de um Japão x México que nada valia, os mineiros assistirão a um Brasil que vive lua de mel com a torcida. **(MARCEL RIZZO, MARTÍN FERNANDEZ, SÉRGIO RANGEL, PAULO PEIXOTO E PAULO VINÍCIUS COELHO)**
<http://www1.folha.uol.com.br/esporte/folhanacopa/2013/06/1301392-contra-o-uruguai-selecao-reencontra-o-mineirao-e-teme-onda-de-protestos.shtml>